



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 575 - DE 28 DE OUTUBRO A 11 DE NOVEMBRO DE 2018 - R\$ 4,00

Vitória do fascista Bolsonaro



Responder imediatamente ao governo burguês ultradireitista

Unir os explorados contra o desemprego, subemprego, baixos salários e as reformas antinacionais e antipopulares

Por uma campanha nacional contra as reformas da previdência, trabalhista e terceirização

Que as centrais sindicais e os movimentos camponês, popular e estudantil convoquem as assembleias

Organizar os comitês de frente única contra os ataques da burguesia e de seu novo governo

Abaixo o governo ditatorial e fascistizante de Bolsonaro!

E agora?

Os explorados elegeram, mais uma vez, o seu próximo algoz. Bolsonaro se encarregará de impor novas medidas, que sacrificam a economia nacional e a maioria oprimida, bem como dar continuidade à implantação das reformas antinacional e antipopular da ditadura civil de Temer.

Sob a bandeira bolsonarista-evangélica “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, os explorados, pobres e oprimidos comerão o “pão que o diabo amassou”. Em palavras terrenas, pode-se traduzir: “Governo burguês por cima do povo e capitalistas acima de todos.”

Bolsonaro discursou de acordo com o pedido da burguesia, do Supremo Tribunal Federal, da Procuradoria Geral da República e da imprensa monopolista. Jurou respeitar a Constituição e a democracia. E prometeu pacificar o País e promover a liberdade.

O fascista fez um juramento de democrata burguês. A democracia e a liberdade serão praticadas de acordo com o direito à propriedade privada e à liberdade de ir e vir, nas palavras do próprio Bolsonaro. Nada poderá perturbar, porém, o andamento da exploração do trabalho. Ninguém poderá se rebelar perante os ataques, que serão desfechados contra a classe operária e a maioria oprimida.

O direito burguês de ir e vir se opõe ao direito de greve. O direito à propriedade corresponde ao direito da burguesia de esmagar a revolta dos trabalhadores urbanos e a luta agrária dos camponeses. Tudo isso está de acordo com a democracia burguesa, que é a mais aperfeiçoada forma de regime político da ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada.

Os governos do PT – de Lula e Dilma – praticaram a democracia. Mas, assim o fizeram por meio da política de colaboração de classes. Haddad se ergueu como candidato da democracia, contra Bolsonaro fascista, com esse conteúdo. A melhor expressão governamental da democracia é aquela que se realiza pela via da política de conciliação de classes. O método fundamental de governar não é o da repressão sistemática, mas sim o da submissão dos explorados por meio das direções sindicais e políticas, que servem de correia de transmissão dos interesses da burguesia no interior das organizações operárias.

O PT, seus governos e sua burocracia sindical utilizaram muito bem essa política e esse método, até que a crise econômica jogasse o País no precipício, e exigisse que o governo tomasse duras medidas anti-operárias e antipopulares. O impeachment de Dilma Rousseff interrompeu o exercício governamental da política de colaboração de classes e a substituiu pela política ditatorial de Temer. A vitória de Bolsonaro, portanto, corresponde ao continuísmo, em detrimento do restabelecimento da política petista de conciliação de classes. A diferença está em que o novo governo foi eleito por 57,7 milhões de votos, contingente maior que os 54 milhões dados a Dilma Rousseff, e cassados pelo golpe de Estado.

Os explorados, influenciados principalmente pelas igrejas evangélicas, descrentes da política do PT e agastados com o PSDB, MDB e DEM – velhos partidos burgueses – foram enganados pela propaganda de que Bolsonaro fará um governo santificado e, portanto, voltado ao bem do povo e do Brasil. A maioria elegeu um representante entre as variantes da política burguesa mais reacionária, obscurantista e brutal. Logo sentirá na carne as medidas contrárias às suas mais elementares necessidades.

E agora, o que fazer? O PT e seu aliados vão se opor ao governo ditatorial com greves, manifestações e organização de uma frente única de massa? A experiência diz que continuará com sua política de conciliação de classes. Procurará canalizar o descontentamento operário e popular para a oposição parlamentar. Não há como combater o novo ditador sem que a classe operária rompa e passe por cima das travas do colaboracionismo.

A bandeira da esquerda capituladora foi a de derrotar Bolsonaro nas “urnas e nas ruas”. Agora, somente temos as ruas. Mas, atenção, apesar de terminadas as eleições, as urnas continuarão a entulhar as ruas.

Abre-se uma nova etapa da luta política, que a vanguarda equivocada, mas não corrompida, tem de reconhecer criticamente. É preciso, desde já, organizar um movimento de frente única, para responder, passo a passo, ataque por ataque, ao novo governo burguês fascistizante.

A bandeira da esquerda capituladora foi a de derrotar Bolsonaro nas “urnas e nas ruas”. Agora, somente temos as ruas. Mas, atenção, apesar de terminadas as eleições, as urnas continuarão a entulhar as ruas.

Abre-se uma nova etapa da luta política, que a vanguarda equivocada, mas não corrompida, tem de reconhecer criticamente. É preciso, desde já, organizar um movimento de frente única, para responder, passo a passo, ataque por ataque, ao novo governo burguês fascistizante.

Vitória do fascista Bolsonaro Organizar imediatamente a luta dos explorados e da juventude contra o governo ditatorial

28 de outubro de 2018

A maioria explorada acabou sendo arrastada por detrás de Jair Bolsonaro. Não foi uma surpresa a sua vitória. A surpresa foi que Haddad conseguiu diminuir a grande distância que separava as duas candidaturas. O fato de a diferença do número de votos não ser tão grande indica, em princípio, que terá mais dificuldades para governar.

As eleições concluíram com uma clara divisão entre as massas. Bolsonaro teve apoio de grande parte da classe média e conseguiu arregimentar uma importante camada da classe operária, dos camponeses pobres e da juventude oprimida. As camadas mais pobres dos explorados foram aglutinadas em torno à candidatura de Haddad. Não se deve também desconsiderar que uma parcela minoritária da classe média se perfilou contra Bolsonaro, identificado como um agente do fascismo.

Um governo que surge de uma polarização tão marcada, nas condições de profunda crise econômica, terá de se impor pela força. Bolsonaro está obrigado a amparar seu governo em uma frente burguesa que unifique as suas principais frações para atacar os trabalhadores, que saíram divididos das eleições. Eis por que os porta-vozes da classe capitalista aconselham a definir logo de início a reforma da previdência. A composição do Congresso Nacional e a eleição dos governadores pendem a favor do novo governo.

Setores do grande capital na indústria, agricultura e comércio se dispuseram abertamente a apoiar Bolsonaro, caso prosiga o ajuste fiscal e as reformas antinacionais e antipopulares que serviram ao golpe de Estado (impeachment) e a transição política conduzida pela ditadura civil de Temer. Haverá uma ofensiva sob a bandeira da “pacificação” do País e da união nacional. O que significa conter qualquer luta dos explorados que afronte o novo governo. No Congresso Nacional, significa neutralizar a oposição e comprometê-la com a governabilidade. O fundamental para o capital financeiro e os monopólios está em que Bolsonaro siga a cartilha liberal, pró-imperialista, de Paulo Guedes.

É bem provável que o governo fascizante tenha de cumprir parte de seu programa ditado pelas bancadas evangélica (bíblia), segurança (bala) e agricultura (boi). Os retrocessos obscurantistas, porém, não podem criar obstáculos ao objetivo estratégico de realizar as reformas antinacionais e antipopulares penderes. As manobras em torno ao programa das bancadas parlamentares devem servir para ocultar as ações do governo em direção aos interesses do capital financeiro e dos monopólios. A dúvida de importantes grupos econômicos é se

Bolsonaro vai ser capaz de resistir às pressões de certos setores capitalistas que precisam do Estado para manter seus negócios, bem como das Forças Armadas que ainda conservam as diretrizes estatizantes da ditadura militar.

A eleição de Bolsonaro é fruto da crise política e da decomposição dos partidos burgueses orgânicos, como o PSDB, MDB e DEM. O naufrágio de Geraldo Alckmin não deixou alternativa para as frações mais poderosas da burguesia nacional senão apoiar Bolsonaro. A sua governabilidade está na dependência de garantir o pagamento dos juros da dívida pública e economizar recursos para sustentar o parasitismo financeiro. Não há outra forma de implantar a política econômica pró-capital financeiro e monopólios sem atacar fundo a vida das massas, que já se encontram golpeadas pelo desemprego, subemprego e implantação da reforma trabalhista. É preciso um governo que centralize ditatorialmente as próprias frações da burguesia e reprima as iniciativas da classe operária, dos camponeses e da juventude. E que acate as diretrizes do imperialismo para a crise mundial, principalmente, a ditadapelo governo de Trump.

O apoio dos militares a Bolsonaro e o aumento de sua participação no processo eleitoral fortalecem as tendências à direitização e à fascistização da política burguesa. No entanto, os passos do novo governo nesse sentido estão condicionados à luta de classes. E essa, por sua vez, conta com um importante obstáculo, que é a política de colaboração de classes do PT e da burocracia sindical.

Cerca de 45% dos votos recebidos por Haddad não se traduzem em organização contra o governo direitista. Mas expressam uma rejeição ao governo reacionário. O problema está, portanto, em como transformar a resistência eleitoral em ação coletiva, que contraponha já de início às primeiras medidas do governo eleito. O mais provável é que o PT utilize seu capital eleitoral para realizar a denominada oposição democrática, que significa garantir a governabilidade. Todo palavreado contra o fascismo se diluirá, na forma de oposição parlamentar. Nota-se que a dificuldade para os explorados não está apenas no fato de uma importante parcela ter sido arrastada para eleger o candidato da direita, mas também pelo fato de outra parcela estar submetida à política de conciliação de classes e à estratégia do PT de defesa da democracia burguesa.

Essa contradição expõe a grave ausência de um partido revolucionário. As esquerdas que intervieram nas eleições acabaram se perfilando por trás da candidatura de Haddad, em

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

nome do combate ao fascismo. Nenhuma de suas variantes estava à altura de defender junto aos explorados o programa da revolução e ditadura proletárias. As adesões ao candidato do PT, quando esse dava provas concretas de recorrer ao apoio de setores da burguesia e das igrejas, resultaram em capitulação. Não poderão encabeçar um movimento de combate ao governo fascizante. O que ressalta a importância vital de construir o partido operário revolucionário.

A parcela da vanguarda que se equivocou seguindo as pressões da polarização da disputa interburguesa, mas que conserva a orientação classista, tem de romper definitivamente com a política de colaboração de classes do PT. Tem de reconhecer a necessidade do partido revolucionário. Desse balanço crítico, extrai-se a tarefa de superar a divisão das massas. A experiência catastrófica com o governo de Bolsonaro exigirá a retomada do movimento que se ergueu contra o governo Temer por meio da greve geral de 28 de abril do ano passado.

Não há nenhuma separação entre o golpe de Estado que derrubou o governo constitucional de Dilma Rousseff, a di-

tadura civil que impôs as brutais reformas antioperárias e o governo que acaba de ser eleito. Da mesma forma, não há nenhuma separação entre a greve geral, as manifestações, os bloqueios que as massas realizaram para se defender dos ataques da burguesia e, agora, a necessidade de combater o governo fascizante pelo mesmo método da ação direta, da política de frente única e unidade da maioria oprimida em torno do proletariado.

Responder imediatamente ao governo burguês ultradireitista

Unir os explorados contra o desemprego, subemprego, baixos salários e as reformas antinacionais e antipopulares
Por uma campanha nacional contra as reformas da previdência, trabalhista e terceirização

Que as centrais sindicais e os movimentos camponês, popular e estudantil convoquem as assembleias

Organizar os comitês de frente única contra os ataques da burguesia e de seu novo governo

Abaixo o governo fascizante de Bolsonaro!

Balanço das eleições no Ceará

Presidenciais

As eleições presidenciais no Ceará seguiram a tendência geral do Nordeste e foram marcadas pelo grande afluxo de votos ao reformismo petista. Haddad (PT) teve 71,11% dos votos válidos ou 3.417.674 sufrágios, contra 28,89% de Bolsonaro (PSL) ou 1.384.442 votos, o que indica um relativo fortalecimento do petismo no estado, assim como na região, como oposição burguesa ao próximo governo, de Bolsonaro. O comparecimento foi de 81,31% dos eleitores, e a soma dos votos nulos, brancos e abstenções alcançaram a cifra de 1.551.891 sufrágios, número que ultrapassa o candidato da direita reacionária.

Haddad teve o apoio oficial e mais ostensivo do governador reeleito, Camilo Santana (PT), e mais discretamente do clã dos Ferreira Gomes, que não se empenharam na campanha, declarando apenas apoio crítico ao PT. A fala de Cid Gomes/PDT (senador eleito), exigindo crítica pública do PT em pleno comitê de campanha de Haddad, em Fortaleza, assim como a recusa de Ciro em defender apoio explícito a Haddad no 2º turno, mostrou como as relações entre o PT e o clã se desgastaram profundamente. O bom desempenho de Ciro no 1º turno das eleições, com mais de 11 milhões de votos (obtidos no enfrentamento tanto ao PT como a Bolsonaro) o cacifa para as eleições de 2022. Essa é já uma nítida pretensão que os Ferreira Gomes alimentam como resultado do seu fortalecimento político.

Estaduais

Eleito no 1º turno com expressivos 79,9% dos votos válidos, contra apenas 11,3% do 2º colocado, o General Teófilo (PSDB), Camilo Santana mostrou não apenas capacidade de negociação com as pequenas oligarquias regionais e municipais, como também sua dependência em relação aos Ferreira Gomes. Eunício Oliveira (MDB), integrando de última hora a coligação liderada pelo PT/PDT, recebeu 16,93% dos votos válidos, menos do que o 2º colocado, Lúcio Girão (PROS), que teve 17,09%, e não conseguir se reeleger. A virada de Girão sobre Eunício, nos últimos dias, foi uma importante vitória para a coligação PSDB-PROS,

opositora de Camilo. A derrota de Eunício é um duro golpe para o MDB, não só no âmbito estadual, mas também nacionalmente. Já a derrota de Gorete Pereira para a Câmara Federal que, tal como Eunício com o MDB, levou o PR à aliança com Camilo, enfraquece sua legenda no estado e a empurra mais ainda para a sombra da aliança PT-PDT.

Esquerdas

Nas eleições presidenciais, PSOL e PCB manifestaram imediatamente, após o resultado do 1º turno, o apoio a Haddad, no que foram acompanhadas, mais tarde, pelo PSTU. Todas as correntes, porém, seguiram a reboque do eleitoralismo e omitiam o fato de Haddad construir uma frente ampla democrática com políticos burgueses. Nas estaduais, as esquerdas tiveram uma votação pouco expressiva, e até menor que nas anteriores. Em 2014, a Frente de Esquerda, que contava então com PSOL, PSTU e PCB, havia conquistado, além de um deputado estadual (Renato Roseno), ao menos 2,4% dos votos (102.394), com a candidatura de Ailton Lopes ao governo. Em 2018, houve a fragmentação da frente, e Ailton Lopes foi lançado apenas por PSOL-PCB, enquanto o PSTU lançou Gonzaga. Embora tenham reeleito seu deputado estadual, Ailton ficou com apenas 2,1% dos votos (90.611) e a candidatura de Gonzaga, do PSTU, ínfimos 0,12% (5.060 votos). O grau de eleitoralismo das esquerdas foi tamanho que, em momento algum, lutaram para vincular a candidatura de Haddad à necessidade de erguer comitês de luta dos explorados e construir um movimento nacional classista contra a ultradireita.

Campanha do POR

O POR fez sua campanha com cartazes, manifesto nacional e plenárias abertas com contatos. As pressões e o isolamento foram sentidos, mas a militância combateu o eleitoralismo e se colocou pela independência de classe, com o voto nulo. A crise econômica, social e política que se torna mais aguda a cada dia, exigem da militância superar os obstáculos para ampliar a propaganda do programa de transição e da necessidade de superar o PT traidor, com a construção do partido revolucionário no Brasil.

É chegada a hora da definição

Os explorados elegerão hoje o seu algoz de amanhã

26 de outubro de 2018

Seja Bolsonaro, seja Haddad o eleito, constituirá um novo governo burguês. É preciso deixar absolutamente claro que, tanto um governo ditatorial, quanto um governo democrático, governam para a burguesia e contra a maioria explorada. É natural que as disputas eleitorais ocultem o conteúdo de classe da política dos partidos e dos candidatos. Qualquer um deles jura que vai governar para todos os brasileiros, indistintamente da riqueza, pobreza, sexo, raça, religião, etc.

É comum que o candidato eleito declare que, passadas as eleições, o País deve se unir. Se Bolsonaro for eleito, convocará os milhões que votaram em Haddad a reconstituir a união nacional. O mesmo fará Haddad em relação aos milhões que votaram em Bolsonaro. É próprio da política burguesa um chamado à “*pacificação*”. Em princípio, esse chamado à população objetiva garantir a governabilidade até as próximas eleições. Depois de eleito, o novo governo burguês faz o que bem entender. Não tem nenhum compromisso real com os milhões que o elegeram. E não quer que os milhões que votaram contra continuem se opondo à sua governabilidade.

Todos os partidos, sejam de direita ou de esquerda, que convocam as massas a eleger este ou aquele candidato, sem dizer que está constituindo um novo governo burguês, ocultam o seu caráter de classe e assim mentem para os explorados. Ao contrário, é preciso que se diga, aberta e amplamente, que o governo eleito hoje será o algoz do povo amanhã. Essa afirmação é absolutamente verdadeira. É uma ilusão acreditar que um governo burguês governará com o povo e para o povo. Essa é uma ilusão disseminada pela própria política burguesa, seja ela de que partido for.

Certamente, uma eleição não é igual a outra, uma vez que está condicionada à situação econômica, à crise política e, sobretudo, à luta de classes. A disputa entre a candidata petista Dilma Rousseff e do peessedebista Aécio Neves, em 2014, é distinta da atual entre Haddad e Bolsonaro. Tanto Dilma quanto Aécio se apresentaram como candidatos da democracia. Em outras palavras, se Aécio fosse eleito, respeitaria a Constituição. O problema, no entanto, se apresentou depois das eleições. O candidato democrático do PSDB encabeçou um movimento golpista, que culminou com a derrubada de Dilma Rousseff e instituição de uma ditadura civil. É bom estabelecer essa ligação, porque evidencia a tendência ditatorial da burguesia, que se conformou na forma de uma ampla frente partidária pelo impeachment e cassação do voto de mais de 54 milhões de eleitores que deram

vitória a Dilma Rousseff. A impotência do governo petista diante do movimento antidemocrático revelou a falência histórica do nacional-reformismo. Histórica porque o capitalismo em decomposição não possibilita reformas estruturais em defesa da economia nacional e em favor da maioria explorada. Em particular, no caso do Brasil semicolonial, reformas voltadas à questão agrária, aos desequilíbrios regionais (unidade nacional), à dívida pública, ao analfabetismo e à erradicação da miséria estão subordi-



É esquemática e vazia de conteúdo a bandeira eleitoral de que está em jogo a disputa pelo poder entre a direita fascista e a esquerda democrática. O conteúdo político e histórico é que as massas oprimidas estão sendo arrastadas, por um lado, detrás de uma candidatura que expressa as tendências ditatoriais da burguesia. E, por outro lado, a candidatura do nacional-reformismo, que se mostra incapaz de enfrentar as tendências direitistas e fascistizantes, que emanam principalmente do capital financeiro e da classe média abastada.

nadas à conquista da independência nacional, em outras palavras, da ruptura com o domínio imperialista. A incapacidade do reformismo se observa imediatamente quando este depende do próprio capital financeiro e dos monopólios para governar.

As atuais eleições, que estão prestes a concluir, são distintas das anteriores porque estabeleceram uma polarização entre uma candidatura de vocação ditatorial e outra de vocação democrática. No entanto, são reflexos da profunda crise política, agravadas pela derrota do PSDB, em 2014, em cuja base esteve e está a crise econômica. A projeção da ultradireita se tornou irresistível, devido ao triunfo do golpe de Estado e à decomposição do governo Temer e dos grandes partidos que chefiaram o impeachment, de um lado, bem como a impotência do PT em enfrentar e derrotar a ofensiva da direita que se materializou no golpe, de outro. É esquemática e vazia de conteúdo a bandeira eleitoral de que está em jogo a disputa pelo poder entre a direita fascista e a esquerda democrática. O conteúdo político e histórico é que as massas oprimidas estão sendo arrastadas, por um lado, detrás de uma candidatura que expressa as tendências ditatoriais da burguesia. E, por outro lado, a candidatura do nacional-reformismo, que se mostra

incapaz de enfrentar as tendências direitistas e fascizantes, que emanam principalmente do capital financeiro e da classe média abastada. Está aí por que Haddad necessita de apoio de um setor do capital e de uma parcela dos partidos que protagonizaram o golpe de Estado, como é o caso do PSDB. As mudanças em importantes pontos do programa do PT, bem no momento em que se acirra a disputa eleitoral, refletem a dependência de Haddad a uma fração capitalista.

É imprescindível assinalar que, tanto a candidatura de fascizante de Bolsonaro, quanto a democratizante de Haddad, se assentam em uma mesma exigência da burguesia, que é a de prosseguir com as reformas antinacionais e antipopulares, necessárias à sustentação da gigantesca dívida pública. Nesse ponto, o programa de ambas as candidaturas difere tão somente em aspectos e graus. Significa que o novo governo atacará inevitavelmente as condições de existência da maioria oprimida, e comprometerá ainda mais a economia nacional perante aos interesses do imperialismo.

A derrocada da candidatura de Geraldo Alckmin obrigou setores do grande capital a se colocarem do lado de Bolsonaro, ainda que não fosse a candidatura desejada. Uma ala do próprio imperialismo receia que um governo de ultradireita, nas atuais condições de crise econômica, possa abrir ainda mais o fosso entre o Estado e a maioria explorada. Bolsonaro não oculta sua disposição de se impor como um governo autoritário, cujo objetivo explícito é o de reprimir movimentos, como o MST. Pode-se esperar o fortalecimento do Estado-policial. A candidatura de Haddad tem como base de seu programa e política de governo a conciliação de classes. Promete restabelecer a ordem democrática, ferida pelo golpe de Estado. Em geral, a burguesia não rechaça a política de colaboração de classes.

Os anos de governo do PT mostram que os explorados suportaram o peso da exploração capitalista, sem se rebelar. A burocracia sindical foi uma importante correia de transmissão dos interesses dos capitalistas para o interior do movimento operário. Não por acaso, ampliou-se o divisionismo com a constituição de inúmeras centrais sindicais, e com a estatização dos sindicatos. Mas, a política de conciliação de classes não diz respeito apenas à relação entre a burguesia e as massas exploradas. Tem também de responder e administrar as divisões interburguesas, os distintos interesses particulares dos capitalistas e os atritos entre suas frações. É mais fácil praticá-la quando a economia está em crescimento.

Assistimos à bancarrota da política petista, precisamente quando a recessão empurrou o país ao precipício, e o capital financeiro precisou ditar as medidas econômicas por cima das diversas frações oligárquicas, que compõem a classe capitalista. A volta do PT ao poder é rechaçada pelas frações mais poderosas,

tendo em conta a necessidade da centralização burocrático-autoritária do Estado. Assistimos à aprovação da reforma trabalhista e da Lei da Terceirização, a despeito das centrais e dos movimentos sob a ditadura civil de Temer. Nada de negociação com os sindicatos. Bastaram as confabulações entre os partidos dominantes. É isso que a burguesia espera do próximo governo. A política de colaboração de classes pode servir aos capitalistas em outra situação, porém, não nessa, após o golpe de Estado.

Haddad recuperou terreno nestes últimos dias de campanha. É bem provável que a petulância de Eduardo Bolsonaro em ameaçar o STF, os pronunciamentos dos seus ministros desqualificando o filho do candidato do PSL, e a repetição de ataques fascizantes contra os movimentos sociais, bem como a ampliação da campanha do PT em defesa da democracia e adesão de figuras da política burguesa, sensibilizaram uma camada de eleitores da classe média, que se deslocou para o candidato petista. A promessa de Haddad de valorizar o salário mínimo, reduzir o preço do gás de cozinha e reajustar o programa Bolsa Família em 20% atraiu um contingente a mais de pobres. Foi importante, também, o fato do PT modificar seu programa eleitoral, acenar para a ala do PSDB que não está com Bolsonaro e recorrer à hierarquia da igreja católica e a uma parte dos evangélicos, que não se alinha à Universal de Deus. Mas, tudo indica que é tarde para a virada. A maior probabilidade é a de Bolsonaro sair vitorioso.

Desde o primeiro turno, o Partido Operário Revolucionário não apenas declarou voto nulo, como fez campanha entre os explorados e a juventude. Não encontrou razões para mudar de posição no segundo turno. Mostrou e mostra o perigo dos explorados votarem no candidato Bolsonaro da ultradireita burguesa. Mostrou e mostra que o voto no candidato Haddad do nacional-reformismo não conduz à luta contra as tendências ditatoriais da burguesia, que ampara a ultradireita fascizante. Chega-se, assim, ao fim das eleições com a maior probabilidade de vitória dos bolsonaristas.

O problema já está posto. Como enfrentar o novo governo que continuará a descarregar a crise capitalista sobre a classe operária, os camponeses pobres, as camadas da classe média arruinada e à juventude oprimida? Como enfrentar a ofensiva das privatizações, das desnacionalizações e da entrega das fontes de matéria prima do País? O PT, aliados, centrais sindicais, movimentos e as esquerdas, que se alinharam por trás de Haddad, vão imediatamente se lançar contra o governo de Bolsonaro, do grande capital, dos latifundiários, das igrejas evangélicas, dos padres bolsonaristas, dos militares e da classe média alta?

Os explorados saem divididos das eleições. É preciso reunificá-los em torno do combate ao novo governo. Erguer os comitês de frente única, e exigir que as direções convoquem as assembleias. Organizar, prontamente, uma campanha nacional contra a já anunciada reforma da previdência, pela derrubada da reforma trabalhista e da lei da terceirização, pela reestatização das estatais privatizadas, pelo monopólio estatal do petróleo, pelo não pagamento da dívida pública, pelo salário mínimo vital, e pelo fim do desemprego, implantando a escala móvel das horas de trabalho. Esse é o ponto de partida para responder a cada ação do governo ditatorial. Essa é a via para a classe operária tomar a iniciativa política e dirigir o movimento de maioria oprimida em direção à revolução proletária e instituição do governo operário e camponês.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Programa e política proletários de combate ao governo ditatorial

23 de outubro de 2018

Seis poderosas associações empresariais foram até Bolsonaro hipotecar apoio ao seu governo. São elas: siderurgia (Instituto do Aço Brasil), máquinas e equipamentos (Abimaq), indústria química (Abiquim), indústria têxtil e confecção (Abit), exportadores e importadores (Associação de Comércio Exterior do Brasil) e construção (CBIC). Controlam 30% do PIB industrial do Brasil.

Declararam que o gesto se devia ao fato de Bolsonaro ter assumido um programa econômico mais próximo do empresarial. Colocaram-se à disposição do já considerado ministro da Fazenda Paulo Guedes. Tudo em nome do crescimento, da volta dos empregos e da integração da juventude. Não deixaram de anunciar também o “desejo” de que continuem os leilões do petróleo e avancem as privatizações. Como não poderia deixar de ser, levaram no bolso a lista de reformas, que dão continuidade àquelas aprovadas no governo de Temer. Lá estava a reforma da previdência.

Essas associações são apenas uma parcela dos grupos econômicos que passaram a defender abertamente a candidatura de Bolsonaro. Pelo seu peso na economia, indica uma virada quase geral da burguesia nacional em um movimento contrário à volta do PT ao poder. Estiveram na base do golpe de Estado, do impeachment de Dilma Rousseff. Sustentaram a ditadura civil de Temer para que impusesse ao País o plano antinacional e antipopular, que permitiu a constituição da ampla frente partidária golpista. Diante do naufrágio da candidatura de Geraldo Alckmin, bandearam para a seara bolsonarista. Na iminência da vitória do ultradireitista, as mais poderosas frações da burguesia rodeiam o possível vencedor, objetivando influenciar desde já seu governo. Essas associações empresariais representam o amplo entrelaçamento entre o capital nacional e capital estrangeiro (imperialista).

Muito se tem discutido sobre os perigos da instalação no País de uma ditadura de caráter fascizante. Agora mesmo, o Supremo Tribunal Federal foi obrigado a recorrer à retórica da defesa da democracia, devido ao fato do deputado mais bem votado, Eduardo Bolsonaro, tê-lo acusado de golpista e ameaçado com seu fechamento. Embora a declaração do filho do candidato à presidência da República não tenha passado de um discurso pedante e inconsequente, mostrou até que ponto chegou a decomposição da política burguesa. Os protestos dos chamados democratas e dos próprios juizes do STF, como se vê, não passaram de uma represália verbal. A caravana das seis associações se encarregou de mostrar que o fundamental está em que a burguesia se perfilou em torno ao ultradireitista.

O movimento fascizante encarnado pela candidatura de Bolsonaro se assenta na classe média alta e em setores médios da burguesia. As igrejas evangélicas, tendo à frente a Universal

de Deus, deram expressão ideológica a essa camada social. A maioria explorada, simplesmente, foi arrastada por essa onda a apoiar eleitoralmente o mais reacionário de todos os candidatos da burguesia. Esse fenômeno ocultou a principal força que pendeu para a direita, que é a burguesia, em particular, as frações do grande capital vinculadas ao imperialismo. As tendências ditatoriais da alta classe média, na realidade, são o reflexo do movimento à direita da grande burguesia nacional e do imperialismo. Intensificou-se a partir da crise mundial aberta em 2008, e se projetou com a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos.

Toda tentativa de considerar o bolsonarismo como um fenômeno em si mesmo esconde a principal força social, que é o capital financeiro, os monopólios industriais, agroindustriais e comerciais. O deslocamento das poderosas associações empresariais para garantir o futuro governo de Bolsonaro coloca à luz do dia a fonte das tendências ditatoriais, militarizantes,

Toda tentativa de considerar o bolsonarismo como um fenômeno em si mesmo esconde a principal força social, que é o capital financeiro, os monopólios industriais, agroindustriais e comerciais. O deslocamento das poderosas associações empresariais para garantir o futuro governo de Bolsonaro coloca à luz do dia a fonte das tendências ditatoriais, militarizantes, que condicionam a situação política.

que condicionam a situação política. Para impor ao País e às massas as diretrizes do grande capital nacional e do imperialismo, é preciso um governo que use o punho de ferro para disciplinar as próprias frações da burguesia, acuar as camadas empobrecidas da classe média e conter as revoltas da classe operária e da maioria oprimida. Tudo indica que Bolsonaro poderá chefiar um governo de tipo bonapartista. Governo esse que fortaleça o Estado-policial. O bonapartismo é a variante mais provável, após o golpe de Estado e a conclusão da transição da ditadura civil de Temer. Certamente, tal governo carregará em suas entranhas as tendências fascizantes.

É preciso assinalar que a direitização da política burguesa no Brasil corresponde ao que se passa na América Latina. Os governos nacional-reformistas vêm sucumbindo um após o outro. Aqueles que restam – Venezuela, Nicarágua e Bolívia – estão em frangalhos. Incapazes de responder à crise econômica e ao cerco do imperialismo, se chocam abertamente com as massas. Não podem proteger a grande propriedade dos meios de produção e os lucros dos monopólios sem sacrificar a economia nacional e a vida da população. É o que se passou também no Brasil com o governo do PT. Não chegou ao ponto de se confrontar com as massas, a exemplo da Venezuela e da Nicarágua, porque foi destituído pelo golpe de Estado.

É imprescindível entender o lugar do fracasso do nacional-reformismo em dirigir o capitalismo em decomposição diante das tendências direitistas, bonapartistas e fascizantes da burguesia. Sua impotência está em que não pode assumir plenamente o programa do grande capital e, ao mesmo tempo, não tem como combatê-lo. Essa contradição se manifesta mais acabadamente nas condições de crise econômica profunda, como a que levou o Brasil a mergulhar na recessão de 2016. Tudo que o

governo petista fez, em nome da inclusão social, despencou no precipício da destruição de forças produtivas, das demissões em massa e da volta das altas taxas de desemprego e subemprego.

Notadamente, Haddad não pôde expor a medula do autoritarismo da candidatura de Bolsonaro. O que o obrigaria a atacá-la frontalmente. A tentativa de se diferenciar em aspectos e graus do programa antinacional e antipopular dos bolsonaristas, ditado pelo grande capital, representou adaptação e capitulação diante da linha geral traçada pela burguesia desde o golpe de Estado. O ideário religioso, moralista pequeno-burguês e policial, bem como a adoção de determinados interesses de grupos econômicos (indústria de armas, etc.), de fato, não passa de epiderme do programa de reformas pró-imperialistas e de proteção aos lucros das poderosas corporações financeiras e industriais. Por mais que sirva à reação insuflada pela alta classe média e médios capitalistas, o fundamental está em dar continuidade à diretriz estabelecida pela capital financeiro.

A candidatura petista sucumbiu não apenas porque os explorados foram arrastados pelas promessas moralistas e redentoras de Bolsonaro, mas, principalmente, porque foi incapaz de chamar a classe operária a se contrapor ao programa antinacional e antipopular, concebido e apresentado sem firulas pelo economista Paulo Guedes. O PT manteve a CUT, MST, UNE e demais organizações de massa amarrados quanto à luta de classes e voltados à caça de votos. Sustenta sua posição eleitoral no apoio de oligarcas regionais, especialmente do Nordeste, e no manejo burocrático dos sindicatos e demais organizações que dirige. O programa alternativo petista não passou de lugares comuns do reformismo, esgarçado pelo golpe de Estado, e desmoralizado diante da maioria oprimida. Suas concessões e demais passos à direita, em busca desesperada por apoio eleitoral, fertilizam o terreno em que germinam as tendências fascizantes. O apoio ao voto em Haddad, nessas circunstâncias, crítico ou acrítico, ajuda a desviar as massas da necessidade de enfrentamento às tendências direitistas e repressivas da burguesia para as ilusões eleitorais.

No centro da crise nacional, está a dívida pública de R\$ 5,13 trilhões e uma carga de juros e amortizações que consomem a maior parte do Orçamento da União. O ajuste fiscal, as privatizações e a reforma da previdência são necessários, unicamente, para atender aos interesses do capital financeiro e dos monopólios industriais e comerciais. Bolsonaro foi orientado a seguir esse ditame de forma expressa, deixando para trás seu passado estatista. Haddad apenas embromou com sua reforma fiscal em favor dos mais pobres e da produção. Não fez senão manter a linha de adaptação dos governos do PT ao capital parasitário. Os

petistas nunca se dispuseram a atacar a dívida pública. Não foram sequer capazes de pôr em prática a promessa de auditoria. Ocorre que as tendências ditatoriais da burguesia se gestaram e se potenciaram vinculadas aos interesses supremos do capital parasitário e dos monopólios.

Ao se desvincular a necessidade de um governo mão-de-ferro das bases econômicas, oculta-se da classe operária e dos demais oprimidos a fonte do autoritarismo, do moralismo religioso e das tendências fascizantes. Ao contrário, ao mostrá-la, se está obrigado a contrapor-se ao programa da burguesia para a crise e a defender o programa proletário. Obriga-se a organizar as massas no campo de independência de classe e com os métodos de luta do proletariado. As reivindicações mais sentidas de emprego e salário levam ao programa de expropriação revolucionária dos monopólios e do capital financeiro. A bandeira de não pagamento da dívida pública despertará os explorados e a juventude para a consciência do domínio imperialista e da submissão da burguesia nacional. É indispensável popularizar a estratégia de poder própria do proletariado, que se materializa na luta por um governo operário e camponês. O vínculo entre a luta anti-imperialista e anticapitalista será observado e encarnado pelas massas em combate ao Estado burguês, ao governo autoritário e à ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada. Essa é a via real de enfrentamento às tendências militaristas e fascizantes, assumidas pela candidatura de Bolsonaro e apoiadas pelo grande capital.

Os explorados sairão muito divididos pela disputa interburguesa. Está colocada a tarefa de unificá-los contra o novo governo. Não demorará muito para sentirem o peso dos ataques econômicos e a sanha repressiva. O PT, aliados e a burocracia sindical vão se dedicar à oposição parlamentar. Manterão a política de conciliação de classes. Mas, também, logo, os explorados verão que estão diante da necessidade de trilhar o caminho da ação direta. A vanguarda deverá explicar e defender a retomada o movimento que levou à greve geral em abril do ano passado. Deverá se esforçar por constituir os comitês de resistência às reformas antinacionais e antipopulares, bem como as alterações que tragam retrocessos nas conquistas dos movimentos sociais.

Nosso chamado ao voto nulo tem um conteúdo claro: lutar pelo combate efetivo, de massas, às tendências fascizantes, a partir de suas reivindicações, com seus métodos próprios de luta, organização e estratégia próprias de poder; defender a independência de classe diante da conciliação e subordinação dos explorados a setores dos exploradores, empunhada pelo PT; chamar a construção de um autêntico partido operário revolucionário.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Carta aberta aos explorados e à juventude oprimida

Por onde a ultradireita fascistizante será derrotada. Restabelecer a unidade dos explorados contra os exploradores.

21 de outubro de 2018

Bolsonaro já organiza seu governo. Tem como certa a vitória. A imprensa como um todo confirma essa avaliação. O direitista não apenas arrebanhou a grande maioria dos votos das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, como penetrou no Nordeste e avançou enormemente no Norte. De maneira que uma abrupta virada do eleitorado no dia 28 de outubro é improvável. Não há nenhum indicador objetivo que coloque em dúvida esse prognóstico.

Os milhões de trabalhadores e jovens que indicaram seu voto em Haddad continuam firmes em seu propósito. Mas, seu peso não foi suficiente para quebrar a arregimentação pró-Bolsonaro. Não se verificou a grande rejeição ao perigo do representante da direita policial-militarista no segundo turno.

Tudo indica que a divisão entre a favor e contra o PT foi bem aproveitada pelos bolsonaristas. Haddad carregou nos ombros a vultosa pecha de corrupção. Não conseguiu convencer a maioria de que a prisão de Lula foi arbitrária e que a derrota de Bolsonaro seria a demonstração de que a sua libertação deveria ocorrer. Ao contrário, tanto a ultradireita quanto a direita se valeram da cassação dos direitos políticos de Lula.

A decisão da direção do PT de afastar a figura de Lula, neste final de campanha, alterar a simbologia do vermelho e desfraldar a bandeira nacional deve ser considerada como uma capitulação. As seguidas concessões às frações burguesas que não se alinham com Bolsonaro, como a aceitação de propostas do PSDB (mais verbas para a repressão) e a volta atrás em pontos como a descriminalização das drogas e do aborto, soaram como manobras vãs, sem resultados. Nesse mesmo sentido, nenhuma manobra eleitoral diante dos ataques dos bolsonaristas justifica a menção honrosa feita por Haddad ao principal algoz do PT, o juiz Sérgio Moro. Nada que o PT faça para afastar as marcas do passado, no último momento do segundo turno, romperá a linha de ferro do antipetismo.

Boa parte da burguesia se converteu à causa de Bolsonaro. Impedir que o PT volte ao poder, depois de ter sido derrubado pelo golpe de Estado. Se o representante da direita, que era Alckmin, não empolgou as massas, que seja então o ex-capitão do exército a assumir o governo.

A melhor ou pior variante na política, como se vê, nem sempre depende exclusivamente da vontade das frações mais poderosas da burguesia, em se tratando de eleições. As experiências da maioria oprimida com os governos e partidos acabam por se manifestar, de alguma forma, ainda que completamente deformadas pela própria ação da política burguesa e dos seus aparatos (igrejas, etc.). Logo mais, os explorados sentirão que foram arrastados ao beco sem saída do bolsonarismo. Vão ter

de enfrentar seus ataques por meio da luta de classes, terreno próprio da política proletária.

Haddad não apenas trocou o vermelho pelo verde-amarelo e pôs de lado a bandeira de “Eleição sem Lula é fraude”, mas também fez reparos à suas declarações sobre o juiz Sérgio Moro e o bispo Edir Macedo. Não apenas se voltou a atrair a atenção de admiradores do juiz e do bispo evangélico entre as massas que seguem Bolsonaro, mas também entre o empresariado que rejeita o PT e não está confortável com o bolsonarismo. Essa virada na campanha eleitoral expressa não só desespero, mas também a disposição do PT de se adaptar mais profundamente à política burguesa.

A “frente democrática”, que alargaria o espectro eleitoral de Haddad, se tornou impossível com a disputa com Ciro Gomes, que almejava uma aliança com o PT, sob sua liderança. Formalmente, o candidato do PDT declarou apoio, mas saiu em retiro para a França. Mesmo assim, importantes figuras pedetistas declararam apoio a Bolsonaro. Nada alterou em re-

As experiências da maioria oprimida com os governos e partidos acabam por se manifestar, de alguma forma, ainda que completamente deformadas pela própria ação da política burguesa e dos seus aparatos (igrejas, etc.). Logo mais, os explorados sentirão que foram arrastados ao beco sem saída do bolsonarismo. Vão ter de enfrentar seus ataques por meio da luta de classes, terreno próprio da política proletária.

lação ao PSB. O candidato ao governo de São Paulo, Márcio França,, no entanto, se encarregou de fazer o jogo sujo. Avalizou os ataques do bolsonarista João Dória a Lula e ao PT. A busca de Haddad, por sua vez, de apoio de figuras como a do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, deu armas aos adversários.

Haddad, para comprovar que estava sendo sincero em sua virada ao centro, apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma nova versão do seu plano de governo. Apagou a promessa de convocar uma Constituinte, indicou disposição de continuar com o ajuste fiscal, retirou a acusação de golpista dirigido ao PSDB, omitiu a responsabilização da mídia monopolista com o golpe, alterou a formulação sobre LGBT, modificou o enunciado de reforma do judiciário, etc. É vergonhosa a adaptação do candidato do PT às pressões de setores da burguesia considerados democráticos, de agentes do mercado financeiro e de parte das igrejas evangélicas, bem como da igreja católica. Haddad e o PT não se veem, porém, na elementar obrigação de explicar a mudança para os milhões que se colocaram contra Bolsonaro. Que nome se deve dar a essa conduta política?

Estava claríssimo que essas eleições seriam a mais antidemocrática das que foram realizadas desde o fim da ditadura militar. Resultaram de um golpe de Estado. A cassação dos direitos políticos de Lula fez parte desse processo. A minirreforma política se encarregou de concentrar ainda mais os recursos públicos nas mãos dos maiores partidos. A avaliação de que evitaria a relação promíscua entre partidos e empresários não passou de uma cortina de fumaça. A dinheirama derramada, principalmente, em favor de Bolsonaro, assim que se confirmou a possibilidade de vitória, fraudada descaradamente o pleito. O vasto uso das redes sociais para disseminar mentiras reflete o profundo caráter antidemocrático das eleições. Esse tipo de jogo não é desconhecido. A novidade, no caso do Brasil, está no uso da internet, poderoso instrumento ideológico controlado pelos Estados Unidos e manejado pelo poder econômico.

Não temos dúvidas, porém, que o maior aparato de arregimentação das massas pró-Bolsonaro foram as igrejas evangélicas. 71% de seus eleitores é evangélico. Combinadas com as redes sociais, as igrejas montaram uma extraordinária cortina de fumaça, que oculta aos olhos dos oprimidos os fundamentos econômicos da direita e ultradireita burguesas. Os explorados não têm a menor compreensão das diretrizes antinacional e antipopular adotadas por Bolsonaro.

Essa movimentação se formou desde o primeiro turno. A decisão dos capitalistas de apoiarem Bolsonaro, diante do fracasso de Alckmin, potenciou de vez a campanha de arrebanhamento das massas. Assim, em um último esforço, o PT e Haddad refizeram pontos de sua plataforma eleitoral, procuraram reaproximar-se de setores capitalistas, recorreram à Igreja Católica e a uma parcela das igrejas evangélicas. Nisso se reduziu a linha de “defesa da democracia contra o fascismo”. Sistemáticamente, oculta-se o caráter de classe da democracia e da política ditatorial-fascistizante, que se gesta no seio da burguesia e se ampara no reacionarismo da classe média rica. O pedido de socorro de Haddad a setores da burguesia expôs a fraude do seu democratismo e antifascismo.

Não poucos grupos econômicos que exercem grande influência no Estado passaram a exigir de Bolsonaro respeito à democracia, ao ordenamento constitucional, enfim, ao Estado de direito. Aconselham o mentecapto a pôr freio em seus adeptos militares e militaristas. Indicam que está sendo eleito para dar continuidade ao plano econômico, que serviu de base ao golpe contra o governo do PT e que foi, em parte, implantado pela ditadura civil de Temer. A nova composição do Congresso Nacional, em princípio, permitirá a governabilidade, caso Bolsonaro acomode distintos interesses e os enfeixe por trás do objetivo maior, que é o de garantir o pagamento da dívida pú-

blica, alargar a abertura do País à penetração do capital externo, avançar as privatizações, e realizar a tão almejada reforma da previdência. Outros aspectos do programa bolsonarista, tão acalentados pelas igrejas evangélicas e grupos econômicos específicos (como o da indústria e comércio de armas, bem como o dos fazendeiros) devem estar subordinados à coluna vertebral do programa de governo.

As massas foram divididas pela ação da política burguesa e pelos seus aparatos de poder. Entre março e abril do ano passado, ergueu-se um movimento de unidade contra as reformas da previdência e trabalhista, bem como contra a terceirização. A greve geral de 28 de abril projetou a classe operária. Essa via foi interrompida e dissolvida pela burocracia sindical, que passou a arregimentar os explorados em torno à bandeira de “Eleições Já” e formação de um governo “legítimo”. As esquerdas se perfilaram a essa estratégia do reformismo petista, e aliados da Frente Brasil Popular. Não foram capazes de derrotar o golpe e impor as condições para novas eleições. Desviaram a luta direta dos explorados, e os sujeitaram à mutilação eleitoral.

Diante da suposta ameaça de “fascismo”, o PT se negou a mobilizar as organizações de massa que dirige para enfrentá-lo. Caberia colocar a Centrais sindicais, UNE, MST, MTST, UNE e demais organizações sindicais e populares a convocar greves, bloquear ruas e estradas, ocupar prédios e universidades, formar comitês de luta e apoio a essas manifestações em todo o país. Nesse caso, se conformaria uma grande frente única de luta, da qual faríamos parte, e se poderia efetivamente combater as tendências fascistizantes e as medidas que qualquer governo burguês eleito tomasse contra as massas. Nessas circunstâncias, seria possível o voto na candidatura que expressasse essa frente. Mas o PT preferiu amordaçar os movimentos, que certamente amedrontariam a classe média com sua radicalização, e buscou incrementar o eleitoralismo mais banal, com terrorismo verbal e dando passos cada vez mais à direita. O chamado ao voto no PT nessas circunstâncias significa ajudar a abrir caminho para as tendências fascistizantes e as medidas de ataque à vida, trabalho e estudo das massas.

O PT está consciente da derrota, e já se prepara para cumprir seu papel de oposição burguesa. O fato de formar a maior bancada parlamentar o levará a traficar com as bancadas oligárquicas do MDB, PSDB e partidos do “centrão”. É fundamental rechaçar essa linha. A tarefa é a de preparar desde já o combate ao governo direitista, militarista, autoritário e fascistizante de Bolsonaro. O proletariado necessita de reunificar os explorados por trás da plataforma de reivindicações, que permita retomar o movimento da greve geral. Pôr em pé comitês de defesa da vida das massas e pelas liberdades democráticas.



Chamado à luta contra o avanço da direita fascistizante

18 de outubro de 2018

Está absolutamente claro que as eleições presidenciais serviram de canal ao movimento da ultradireita burguesa. Os fascistas, semifascistas e demais variantes autoritárias aproveitaram as grandes mobilizações de 2013, valeram-se das manifestações do impeachment de Dilma Rousseff, e abrigaram-se à sombra da ditadura civil de Temer. Apoiaram-se no ativismo da alta classe média.

Convergiram, assim, para o mesmo campo ideológico, toda sorte de hipócritas da moralidade burguesa e pequeno-burguesa. Alçaram-se como cerrado batalhão de combate à corrupção e pelo saneamento do Estado. Prometeram erradicar a política de igualdade de “gênero” e racial. Anunciaram eliminar do ensino tudo o que contraria os preceitos religiosos, que as igrejas determinam para a família, a educação e a vida social em geral. Almejam restaurar a “verdade histórica” da ditadura militar, que

teria salvado a pátria do comunismo e da anarquia. Apontam como principais objetivos rever a legislação sobre a maioridade penal, o aborto, o estatuto do desarmamento, bem como estabelecer a garantia de defesa armada da propriedade (armamento dos fazendeiros) e a blindagem ao policial que mata bandido.

A lista é mais ampla, mas basta esse conjunto para se ter definido o ideário fascistizante,

que vem ganhando terreno na política burguesa. Movimentos como “Escola Sem Partido” instauram a censura, a delação mactartista, a perseguição política e a repressão. Atentam contra as liberdades democráticas elementares.

Nesse terreno, de conjunto, a promessa eleitoral de Bolsonaro é a de desmontar o pouco que o reformismo petista fez e enfrentar os movimentos que lhe servem de base política. A reação em toda linha conseguiu, pela primeira vez, desde o fim da ditadura militar, erguer a cabeça, amplificar nacionalmente sua voz cavernosa e arregimentar a maior parte dos eleitores. Esses pressupostos da fração mais reacionária da burguesia, bem entendido, são apenas a ponta do iceberg.

A ultradireita, no fundo, reflete a necessidade da classe capitalista e do imperialismo de retomar a centralização burocrático-autoritária desfeita com o fim da ditadura militar e com a emergência de forças centrífugas decorrentes da “redemocratização”. Diga-se, de passagem, que já haviam se manifestado, poderosamente, na crise dos anos 1950 e início de 1960. A desintegração econômica, que tomou corpo na década de 1980, foi equacionada provisoriamente pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, e relativamente estabilizada no governo de Lula. Retomaram-se as tendências desintegradoras a partir da crise mundial, aberta nos Estados Unidos, e logo internacionalizada.

A avalanche soterrou o governo de Dilma Rousseff. Por trás das primeiras “marolinhas”, sobreveio o maremoto. A burguesia

nacional, liderada pelo capital financeiro, exigiu um governo capaz de impor ao País as diretrizes do imperialismo. O reformismo naufragou. Era a hora de um governo centralizador, que, com punho de ferro, desse as respostas à altura do processo de quebra de forças produtivas e de retomada dos profundos desequilíbrios “macro-econômicos”. Não havia como esperar mais dois anos para o término do mandato petista. Montou-se o movimento do impeachment baseado na classe média e no descrédito do PT diante da maioria da população. Não se pode ocultar, nem minimizar, o peso da traição do reformismo petista à classe operária, que esteve contida na luta pelas suas reivindicações.

A conclusão do golpe de Estado, em agosto de 2016, encerrou uma etapa da crise política. Mas, não a superou, apenas iniciou uma nova etapa. Evidenciou-se que a ditadura civil de Temer

não tinha condições de afastar a Operação Lava Jato, que vinha da etapa anterior. A persistência da crise econômica, os choques de interesses interburgueses, as divisões na burocracia do Estado e a projeção do Judiciário como um poder político ativo inviabilizaram a estabilização da centralização autoritária, embora importantes passos tivessem sido dados nesse sentido. Entre eles, a militarização da política. Temer

iniciou seu governo reorganizando o aparato da polícia política, e franqueando passagem aos generais a postos de governo.

A fração ultradireitista não teve como assumir o comando do golpe de Estado. Era minoritária e não contava com os mais influentes grupos econômicos. Apesar de ter um peso considerável desde as bancadas dos evangélicos, dos ruralistas e da segurança, não conseguiu impulsionar o objetivo de varrer o PT ou de trucidá-lo a ponto de liquidar a capacidade de exercer a oposição burguesa. A fração de centro-direita – a que comandou a “redemocratização” e a conduziu, tendo ao seu lado o PT como opositor democrático de esquerda – esteve à frente do golpe, comprometeu-se com Temer, bem como foi atingida pelos escândalos de corrupção, e, agora, portanto, foi rechaçada nas eleições. As massas a identificaram como responsável por suas desgraças e pelo envolvimento nas bandalheiras, tal qual o PT.

Não se pode confundir a ponta iceberg com o seu todo. A plataforma obscurantista sobre as mulheres, negros, homossexuais, educação, família, etc. se assenta na desintegração econômica do capitalismo e no avanço da barbárie social. O que leva à polarização objetiva entre a burguesia e o proletariado, entre a minoria exploradora e a maioria explorada. Nessas condições, torna-se infinitamente mais difícil a vigência do reformismo burguês e pequeno-burguês. As medidas governamentais deixam de ser uma escolha, e passam a ser um imperativo. Está aí por que o governo do PT caiu por meio do golpe de Estado, apesar de ter sido eleito com 54 mi-

A plataforma obscurantista sobre as mulheres, negros, homossexuais, educação, família, etc. se assenta na desintegração econômica do capitalismo e no avanço da barbárie social. O que leva à polarização objetiva entre a burguesia e o proletariado, entre a minoria exploradora e a maioria explorada. Nessas condições, torna-se infinitamente mais difícil a vigência do reformismo burguês e pequeno-burguês. As medidas governamentais deixam de ser uma escolha, e passam a ser um imperativo.

lhões de votos. E a ditadura civil que o sucedeu passou, imediatamente, a impor as reformas antinacionais e antipopulares. A reforma trabalhista e a lei da terceirização resultaram em uma profunda alteração nas relações de trabalho, justamente quando crescem o desemprego, subemprego, a pobreza e a miséria estruturais.

Interessava à burguesia eleger um governo de centro-direita. Impor-se-ia uma derrota ao PT, e um controle à ultradireita. O isolamento do nacional-reformismo petista seria mais vantajoso à estabilização do regime. E o disciplinamento da direita fascizante ajudaria a dar novos passos nas reformas antinacionais e antipopulares. Os aspectos da plataforma bolsonarista (das igrejas) seriam tratados como secundários. A ponta do iceberg seria limada, desbastada.

A necessidade da centralização autoritária não advém dos prejuízos religiosos. Não se levanta como grandes obstáculos estratégicos à burguesia até onde se pode ir com a legalização do aborto, das drogas, do estado civil dos homossexuais, bem como com a legislação de proteção à mulher contra a violência (assassinatos, estupro, etc.) e ao negro contra o racismo. Sem dúvida, são questões que envolvem o funcionamento da sociedade de classes, em cuja base está a opressão no seio da família. Aspectos dessas relações, não obstante, podem ser negociados, atendendo às pressões da pequena-burguesia. O fundamental, e, portanto, inegociável, é a urgência de ir adiante com a reforma da previdência, com as privatizações, com a quebra de direitos trabalhistas, com a reordenação da distribuição orçamentária da União, com a abertura das fronteiras nacionais à invasão do capital imperialista. No centro da crise econômica, se levanta a gigantesca dívida pública, que deve ser sustentada a todo o custo.

Nas atuais circunstâncias, era mais conveniente aos interesses da burguesia e do próprio imperialismo a eleição de Geraldo Alckmin. Mas, o que é conveniente está determinado pelas relações

de força, e essas expressam o vínculo dos partidos e das demais instituições do Estado (parlamento, judiciário, etc.) com as massas. A grande maioria rechaçou o governo de Temer, não viu no golpe de Estado senão mais desgraças, e assistiu os escândalos de corrupção a colocarem no mesmo saco o PT, PSDB, MDB e uma centena de parlamentares. As eleições se encarregaram de potencializar a ultradireita, abrindo caminho para as igrejas evangélicas, corporações policiais e militares, grupos econômicos e movimentos reacionários voltados à classe média.

As massas, divididas pela disputa interburguesa, penderam para uma força até então adormecida e desconhecida. Foram arrastadas desde a ponta do iceberg. A fração de centro-direita foi varrida. E a esquerda reformista, pode dizer-se de “centro-esquerda”, não teve como conter a gigantesca virada, embora conservasse a ascendência sobre milhões de miseráveis e pobres, por meio da influência política de Lula. O PT e seus aliados (PCdoB) ficaram agarrados à ponta do iceberg. De maneira que se mostraram impotentes para enfrentar a ofensiva da ultradireita. Presos ao eleitoralismo, não permitiram que suas bases operárias e camponesas se organizassem em combate ao programa antinacional e antipopular, que unifica a direita e a ultradireita burguesas. A defesa de Haddad do pacifismo contra o ódio bolsonarista resulta em impotência e capitulação.

A tarefa revolucionária consiste em preparar a luta desde já ao governo autoritário, policial-militar, de Bolsonaro, rechaçar o idílio pacifista do reformismo petista e a sua frente democrático-burguesa. Nosso chamado à classe operária e aos demais explorados é o de retomar o caminho da greve geral de 28 de abril do ano passado, pôr em pé comitês de frente única, e erguer bem alto o programa de reivindicações dos assalariados e dos camponeses pobres, de forma a preparar a resistência às medidas antinacionais e antipopulares que virão, de um governo ou de outro.

NOTAS SOBRE ELEIÇÕES

Decomposição da política burguesa

A revelação de que empresários montaram uma operação no WhatsApp para enviar milhões de notícias falsas sobre a candidatura de Haddad viola flagrantemente a lei eleitoral. As prestadoras de serviços que estão se locupletando, até agora identificadas, são: Quickmobile, Yacows, Croc Services e SMS Market. Pelos nomes, se vê que são estrangeiras ou vinculadas ao exterior.

Um dos nomes que promove a campanha difamatória é o de Luciano Hang, da Havan. Age como um dos capachos de Bolsonaro. Foi multado em dez mil reais pelo TSE. A sua turma deve ter brindado com chacota. Outra figura conhecida é a de Ricardo Santi, cuja função é a de “influenciador digital”. E por aí vai.

Os milionários acharam uma forma confortável de burlar a lei eleitoral, cuja reforma foi considerada como um importante passo para acabar com a relação promíscua entre políticos, partidos e empresários. A pedido do PT, o ministro do TSE, Jorge Mussi, deu prazo de cinco dias, quando se está prestes à votação do segundo turno, para Bolsonaro se explicar. O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, pediu à Procuradoria Geral da República, para abrir investigação. Rosa Weber, presidente do STF, montou uma coletiva para prestar esclarecimento sobre as denúncias. Não falou o palavreado em torno à democracia e ao cumprimento da lei. A quadrilha de empresários que usa as redes sociais para espalhar

mentiras está livre para continuar com suas peripécias. A enorme influência desse tipo de campanha ficará por isso mesmo.

Ocorre que as distorções não param por aí. A brutal influência ideológica das igrejas – tanto evangélicas quanto católica – nos resultados eleitorais evidencia a presença de um poder econômico, mascarado pela religião. A intervenção maciça de empresários – todos bem identificados –, de bispos, pastores e padres e de agentes das redes sociais constituiu uma poderosa aliança para impulsionar, firmar e dar vitória ao candidato da ultradireita fascizante.

O golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff e, agora, a operação para arrastar as massas por trás de Bolsonaro refletem a decomposição da burguesia brasileira.

Essas experiências devem servir para educar os explorados por meio da política revolucionária. Amanhã, sem tardar, o novo governo vai mostrar sua real fisionomia. Por trás da máscara da moralidade, está um político da burguesia, que não vacilará em ser um carrasco do povo. É preciso preparar, desde já, a luta contra as medidas econômicas antinacionais e antipopulares, bem como contra as ações antidemocráticas.

O enfrentamento ao novo governo burguês reatará os elos da luta de março e abril do ano passado. A vanguarda não apenas tem de trabalhar nesse sentido, como também aproveitar as novas

condições da luta de classes para avançar a construção do partido operário revolucionário. É imprescindível desenvolver no seio das massas a estratégia de poder do proletariado.

A classe operária, por seu lugar que ocupa nas relações de produção, ao contrário da classe burguesia decrépita, se levantará com

Novos episódios da militarização da política burguesa

Um conjunto de generais reformados se integrou ostensivamente na campanha de Bolsonaro. Inúmeros foram os policiais que se candidataram a deputados federais e estaduais. O vice de Bolsonaro é o general Hamilton Mourão, conhecido por defender a ditadura militar e apregoar um governo autoritário. Ganhou notoriedade sua proposta de adoção de uma nova Constituição, elaborada por um seleto grupo de ilustres personalidades, indicadas pelo presidente da República. Bolsonaro teve os quartéis abertos para fazer sua campanha.

A vice do candidato a governador do estado de São Paulo, Márcio França, é uma oficial da polícia militar. Sua indicação se deveu ao objetivo de França ganhar apoio nos quartéis. Bolsonaro se comprometeu a colocar nos postos chaves de seu governo homens ligados às Forças Armadas. As ameaças do deputado Eduardo Bolsonaro ao STF, caso a candidatura de seu pai seja ameaçada por qualquer ação legal, soou como um acinte às instituições do Estado. Alguns dos juízes do Supremo reagiram em nome da democracia. No entanto, chamou a atenção a desenvoltura como o deputado do PSL explicou que ‘bastariam um soldado e um cabo’ para fechar a Suprema Corte. Bolsonaro desautorizou a bazófia do filho e se justificou diante do STF. Mourão desautorizou o deputado. E o próprio falastrão se desculpou. O episódio se encerrou assim.

Esses acontecimentos obrigaram a grande imprensa a explicar que nada do que vem acontecendo conta com a participação das Forças Armadas, que, por sua natureza, teria “caráter apolítico e suprapartidário”. O almirante Eduardo Leal declarou que a Marinha não tem candidato, nem campanha interna. Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército, esclareceu: “*Nós somos instituição de Estado que serve ao povo*”. A conclusão é de que “*no Estado Democrático de Direito, a organização do poder político é tarefa dos civis, e não dos militares*”. Não custa nada disfarçar o envolvimento de militares da ativa. Por mais que os comandantes procuraram ficar

Intervenção das igrejas no processo eleitoral

Era obrigação do PT desmascarar a influência decisiva dos evangélicos em favor de Bolsonaro (71% de seus eleitores é evangélico). Fez uma primeira investida, mas logo recuou. Denunciou o “fundamentalismo charlatão do bispo Edir Macedo”. A resposta do chefe da Igreja Universal foi fulminante. Lembrou que o ex-presidente Lula recorreu ao apoio dos evangélicos para ser eleito. De fato, o seu vice, José Alencar, um empresário vinculado aos evangélicos, serviu aos propósitos eleitorais do PT. Em seu governo, os partidos que são braços políticos das igrejas ocuparam importantes ministérios, e serviram de base parlamentar no Congresso Nacional. Está aí por que Haddad foi cobrado moralmente. Em outras palavras, Edir Macedo recorreu ao conhecido ditado popular: “não cuspa no prato que comeu”.

Haddad se recompôs e retomou a via típica de qualquer partido burguês. Procurou os bispos da Igreja Católica e a ala evangélica que não segue a linha da Universal. É sintomática a presença de Haddad (PT) e Manuela (PCdoB) na missa da “Padroeira do Brasil”, em que comungaram e receberam a hóstia.

seu programa socialista e por meio de seu partido marxista-leninista-trotskista. A revolução proletária expropriará os capitalistas e estabelecerá a propriedade coletiva dos meios de produção. Suprimirá a velha e apodrecida democracia burguesa, edificando a democracia operária, que desenvolverá a real soberania popular.

à margem da disputa eleitoral, não há como ocultar que penderam para Bolsonaro.

A intervenção de Villas Bôas junto ao STF para que não facilitasse a libertação de Lula foi descarada. As Forças Armadas não têm vida própria. Respondem ao funcionamento das instituições capitalistas e são um dos principais pilares da ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada. Dada a necessidade da centralização burocrático-ditatorial do Estado, tendem a defender governos bonapartistas.

Os generais viram na crise política e no golpe de Estado uma via para recompor sua influência na composição governamental e na dependência do presidente da República. A ditadura civil de Temer, imediatamente, se pôs a reestruturar a polícia política, enfraquecida, se comparada com a que se montou na ditadura militar. Deu nova dimensão ao intervencionismo das Forças Armadas nos estados da União, como no Rio de Janeiro.

O movimento ultradireitista, apoiado na alta classe média, no qual se desfraldou a bandeira de volta dos militares ao poder, potencializou as aspirações da oficialidade. A emersão da candidatura do ex-capitão do Exército veio ao seu encontro. Os militares ativos na política e que ditam a conduta das tropas favorecem as tendências ditatoriais e fascizantes do candidato do PSL. Ao mesmo tempo, os comandantes se dizem apartidários e neutros diante da disputa eleitoral.

Essa flagrante falsificação deve ser esclarecida diante das tropas. É o momento de levantar a bandeira de liberdade de manifestação e organização nos quartéis. Os soldados precisam conquistar o direito de realizar assembleias e discutir os caminhos que tomam a crise econômica e política do País. A proibição de manifestação política e de organização dos soldados é a forma da oficialidade ser livre para agir politicamente no seio do Estado e sobre a população.

A disputa pelo voto de evangélicos e católicos se dá pelo apoio de pastores e padres. Bolsonaro se viu na contingência de também recorrer à igreja católica. O arcebispo do Rio de Janeiro, conhecido por seu reacionarismo, deu bênção às duas candidaturas. Haddad é rejeitado pela maioria do rebanho das igrejas evangélicas e divide os católicos com seu adversário. Edir Macedo evocou os mais de 7 milhões de adeptos da Universal para rechaçar as críticas de Haddad.

É bem verdade que a eleição de Lula dependeu, em certa medida, do apoio das igrejas evangélicas. Agora, houve uma virada, que corresponde à falência do governo petista, que teve de ceder o poder por meio do impeachment. Movimento antidemocrático que contou com a ação das igrejas.

A gigantesca força dos evangélicos, que ganhou espaço diante da igreja católica, passou a ser um fator político que condiciona a democracia oligárquica. A influente bancada evangélica (da Bíblia) se mostra mais forte, em aliança com a bancada dos latifundiários (do Boi) e a da segurança (da bala). Foram decisivas para

o golpe de 2016 e, agora, para a possível vitória de Bolsonaro.

A subserviência do PT e aliados às igrejas – no caso, não importa se à católica ou à evangélica – é um dos traços de seu caráter burguês e contrarrevolucionário. A classe operária terá de se

Alinhamento do empresariado à candidatura de Bolsonaro

Depois da reunião das associações empresariais – siderurgia, máquinas e equipamentos, química, têxtil, exportação e importação e construção – com Bolsonaro, 31 associações da construção civil e do mercado imobiliário publicaram uma carta aberta, por meio da qual exortam “*observância irrestrita à Constituição*” e “*defesa firme e obstinada da democracia*”. O presidente do conselho da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Rubens Menin, explicou que o investidor externo “*só virá se o ambiente político for estável, se estivermos numa democracia, num estado de direito*”. Segundo sua avaliação, “*nenhum dos dois candidatos têm interesse de romper com a estrutura democrática brasileira*”. Sabe-se que as construtoras ganharam muito dinheiro com as obras do PAC, e o programa “Minha Casa, Minha Vida”, bem como com os subsídios e as diretrizes de crédito farto.

O PT e seus governos provaram que sua política assistencial atendia, em última instância, aos interesses da burguesia. Evidentemente, o privilégio dispensado a determinados grupos econômicos provocaram atritos em torno ao orçamento do Estado e à concorrência no mercado. A derrocada final do PT não se deveu à sua política de conciliação de classes, mas à impossibilidade de sua política atender plenamente às exigências do capital financeiro, que, parasitariamente, orbita a dívida pública.

A burguesia preferia Geraldo Alckmin. Era a melhor opção para manter o PT e Lula à margem do comando do Estado. Não sendo assim, pendeu para Bolsonaro. Por se tratar de um aventureiro, galgado em um partido improvisado, os grupos econômicos que passaram a apoiá-lo se viram na contingência de responder aos perigos que representam Bolsonaro e seu grupo de militares ao funcionamento constitucional do País. Mesmo assim, o Ma-

A virada de Haddad

A direção do PT e Haddad decidiram oficializar no dia 18 de outubro a mudança de seu plano de governo, entregando ao Tribunal Superior Eleitoral uma nova versão. O gesto se deveu à necessidade dos petistas ganharem apoio de setores do PSDB e conseguirem do PDT de Ciro Gomes uma participação ativa na campanha eleitoral. Além disso, visou a atrair a atenção de uma fração da burguesia industrial e da construção civil.

Dentre esses possíveis aliados, o que mais chamou atenção foi o aceno a uma ala da igreja católica e evangélica. Neste último caso, foi alterada a formulação relacionada à discriminação dos homossexuais. Na primeira versão, se dizia “*promoção da orientação sexual e identidade de gênero*”; na segunda, “*combate à discriminação em função da orientação sexual e identidade de gênero*”. A diferença está no conceito “*promoção*”. A direita religiosa atacou duramente o PT com a ideia de que defendia uma orientação sexual que violava a natureza e a família, bem como procurava influir na educação escolar, contrapondo-se a “*natural*” educação familiar e religiosa. Embora esse ataque deformasse a real posição do PT, por motivo eleitoral, se resolveu fazer uma alteração, que, sem dúvida, representa uma concessão às igrejas. No tópico sobre as drogas, foi retirada a diretriz de “*descriminalização e regulação do comércio*”, substituído por

Notas sobre Eleições 2018

emancipar da religião – do ópio do povo –, por meio de seu partido marxista-leninista-trotskista, para avançar seu combate ao regime de exploração do trabalho, de fome, miséria e obscurantismo.

nifesto da construção civil de defesa da democracia foi rechaçado por um dos mais ativos empresários bolsonarista. Sebastião Bonfin, dono da rede de artigos esportivos Centauro, acusou as associações da construção civil de apoiar Haddad. Argumentou que por ser um “*democrata convicto e absoluto*”, garantia de que Bolsonaro não representa uma ameaça à democracia.

A burguesia nacional e o imperialismo almejam um governo que centralize ditatorialmente o Estado. O que não quer dizer que estejam a favor de um novo golpe e um governo tipicamente fascista. Esse é o sentido da Carta da Abrainc. Se depender do que pensa o ex-capitão do exército, seu governo será de ditadura, provavelmente, do tipo bonapartista. Mas, somente a luta de classes decidirá o curso que tomará o novo governo.

O fundamental está em que a classe operária e demais explorados não podem esperar senão o recrudescimento dos ataques e de ações policial-militares. O PT abandonará sua retórica de luta contra o fascismo e irá exercer a oposição democrática. Em princípio, essa conduta é a mais provável, uma vez que sua política de conciliação de classes não pode ser rompida. O aceno de grupos empresariais no sentido de que Bolsonaro deve respeitar a democracia serve à política petista. A burocracia sindical, certamente, respeitará o resultado eleitoral. No entanto, também está determinada pela luta de classes.

Com absoluta certeza, Bolsonaro aproveitará a profunda divisão dos explorados para lançar seus ataques logo no início de seu governo. A vanguarda e toda esquerda têm o dever de se colocar desde já pela luta independente da classe operária, e pela unificação dos explorados contra o governo de Bolsonaro.

uma frase genérica de “*se atentar às experiências de outros países*”. Um dos maiores recuos, no entanto, foi a retirada da defesa de convocação de uma Constituinte. O candidato petista foi submetido a ataques frontais em torno a essa bandeira, inclusive do suposto aliado do 2º turno, Ciro Gomes. O recuo indicou o quanto o nacional-reformismo está submetido à democracia oligárquica. Por último, entre outras alterações, chamou a atenção a supressão de uma passagem que caracterizava o PSDB e a mídia de golpistas.

O PT e Haddad viram que, para alargar sua margem eleitoral, precisavam aproximar-se de adversários, como o PSDB, e se reaproximar de antigos apoiadores, como as igrejas. O programa de governo foi substituído sem que se apresentasse à população e, em particular, os milhões que haviam votado em Haddad no 1º turno. Está claro, portanto, que se realizou uma fraude, típica das manobras eleitoreiras e da política de arregimentação das massas.

As esquerdas que decidiram apoiar Haddad não se viram na obrigação de mostrar aos explorados o programa de governo do PT e suas alterações. Não é por essa via que a classe operária, os demais oprimidos e a juventude enfrentarão o avanço da ultradireita e combaterão o governo ditatorial de Bolsonaro.

Pernambuco**Ofensiva direitista contra as universidades**

Entre os dias 23 e 26 de outubro, cerca de 30 instituições de ensino superior foram palco de ações policiais da justiça eleitoral para coibir debates, retirar faixas e cartazes. Houve apreensão de computadores HDs e panfletos, como na ADU-FCG, em Campina Grande-Paraíba. E, na UFF, no Rio de Janeiro, o diretor da Faculdade de Direito foi ameaçado de prisão, caso não fosse retirada uma faixa com os dizeres “UFF contra o Fascismo”. A juíza Maria Aparecida da Costa Bastos alegou que a faixa representava “propaganda eleitoral negativa” contra Bolsonaro. O diretor acatou. Foram necessárias outras esferas do judiciário para lembrarem do tal artigo 207 da Constituição que trata da “autonomia universitária”.

A ação coordenada gerou atos de protesto, e a alta cúpula do judiciário se viu obrigada a se pronunciar. A Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge provocou o Supremo, pedindo uma liminar para suspender o efeito das ações. A ministra do STF, Carmen Lúcia atendeu o pedido por meio de uma medida cautelar, no sábado, quando os campi já estão vazios e interditados pela justiça eleitoral.

Apesar dos ministros do Supremo como Luís Roberto Barroso dizerem que “a polícia, como regra, só deve entrar em uma universidade se for para estudar”, não podemos confiar ao judiciário a defesa da autonomia universitária, e muito menos da liberdade de expressão e manifestação. Esse é o mesmo judiciário que articulou, com outras instituições bur-

guesas, o golpe. É o judiciário que expressa a ditadura de classe da burguesia.

A autonomia vai muito além de um artigo constitucional, trata-se do autogoverno da comunidade universitária, terá de ser defendida na prática, por meio da soberania da assembleia geral universitária de estudantes, técnicos e professores. A criação dos comitês de luta pode materializar esta tática.

A já naturalizada presença da polícia nos campi e o pisoteamento da autonomia universitária precisam ser denunciados cotidianamente. Os comitês de luta unificada precisam organizar conjuntamente ações de autodefesa.

A violência política já tem se manifestado com a presença de uma ultradireita, que também lista a universidade como um terreno a ser “limpo” da presença da esquerda. É grave o encorajamento dos grupos fascistas, que levam a episódios como o do estupro de uma estudante da Unifor, no Ceará, em 25 de outubro. A ação odiosa foi precedida por ameaças.

A ofensiva fascista sobre as liberdades democráticas tem como conteúdo a neutralização dos lutadores para a imposição dos planos privatistas, e ataques mais profundos aos direitos sociais. A resposta à altura só pode se dar no terreno da independência de classe.

Reproduzimos abaixo o boletim da Corrente Proletária Estudantil:

O que ou quem está por trás das incursões policiais nas universidades públicas. Organizar a luta em defesa da Autonomia Universitária

26 de outubro de 2018

No último dia 25/10, mais de vinte universidades públicas pelo país sofreram incursões policiais, a mando de juízes ou de setores da burocracia universitária reacionária, que buscaram reprimir as manifestações contra a candidatura de Jair Bolsonaro ou em favor da de Fernando Haddad. Alguns sindicatos docentes também foram vítimas de invasões policiais. O tradicional evento do CA da ECA/USP, Quinta e Breja, também sofreu repressão da Guarda Universitária, ajudada por policiais militares.

O fato de concretizar um ataque geral, voltado especificamente às universidades públicas e suas organizações sindicais e estudantis, mostra que se trata de uma ofensiva articulada. As denúncias e pedidos de intervenção policial foram encaminhados a juízes por todo o país, simultaneamente, o que resultou em ações que ocorreram por mandados diferentes para cada instituição, porém, todos no mesmo dia.

Revelou-se uma ação coordenada da direita fascista, certamente com poder econômico e político para realizá-la, manejando o poder judiciário eleitoral.

Está claro que foi uma manifestação das tendências fascistas da burguesia na situação atual. A repressão ao livre direito de manifestação e expressão é parte delas.

O POR tem alertado aos movimentos sociais da necessidade de organizar as massas para enfrentar as tendências fascis-

tizantes, não pela via do eleitoralismo, e sim pela defesa das reivindicações mais sentidas, organização de comitês de frente única de luta (e não de caça ao voto), da retomada do caminho da greve geral de 28 de abril de 2017, de manter a independência de classe diante de qualquer governo burguês, e de construir o partido revolucionário. Criticamos o PT e as esquerdas em geral por não se colocarem por essa via, mas pela organização de comitês eleitorais, que alimentam as ilusões de que o voto no PT derrotaria o fascismo. A campanha pelo voto em Haddad, nas condições em que o PT se nega a mobilizar as organizações de massa para enfrentar a burguesia e assume para si uma série de concessões políticas e econômicas à direita burguesa, ajuda a preparar o terreno ao fascismo.

As incursões policiais nas universidades, que não tiveram uma resistência organizada e preparada para reagir, com a ação direta e a mobilização geral, contra a repressão, mostra que a necessidade da organização de base, de forma independente e voltada para a luta nas ruas, é uma necessidade, que tem sido renunciada pelas esquerdas.

Apoiamos as manifestações de protesto contra a repressão policial, porém, reafirmamos que a defesa das liberdades democráticas se fará a partir da luta nacional de massa contra os capitalistas e seus governos, de esquerda ou direita. Não

defendemos a democracia em geral, porque a democracia que existe é a democracia burguesa, que é expressão da ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados. Nossa defesa das liberdades democráticas, que fazemos estritamente desde uma posição de independência de classe, serve para que possamos construir, dentro do regime atual, os elementos da democracia proletária, que se erguem quando as massas se mobilizam por suas reivindicações (assembleias, comandos, comitês, etc.). A defesa da democracia em abstrato, como fazem as esquerdas, serve para ajudar a preservar a ditadura de classe da burguesia, e isso rechaçamos.

Exigimos que as direções da UNE, DCEs e CAs lancem, imediatamente, uma campanha de defesa da autonomia uni-

versitária, direito de expressão, organização e manifestação. Exigimos que convoquem as assembleias universitárias, que reúnam estudantes, funcionários e professores. Chamamos os que estudam e trabalham nas universidades a responderem à repressão policial sobre o direito de manifestação e expressão por meios de comitês de luta, que devem partir da unidade ao redor das reivindicações de defesa da universidade pública e gratuita, contra o privatismo e ingerência capitalista de governos e da polícia, e junto aos demais explorados, em suas reivindicações de luta contra as reformas antinacionais e antipopulares, levadas a cabo por Temer e empunhadas pelo futuro governo eleito. Somente a luta de classes pode de fato enfrentar e derrotar a repressão, que é de classe.

Quinzena Operária

Baixos salários dos metalúrgicos, resultado das “negociações” sem luta

A Tribuna Metalúrgica de outubro estampa a notícia sobre a Campanha Salarial de 2018, diz que “mais de 42 mil trabalhadores conquistam 5% e cláusulas sociais”. Informa que o G3 estava há quatro anos sem acordo, e que o G2, G8, Sindratar e Sindicel também conquistaram os acordos.

A FEM-CUT faz alarde sobre essa “conquista” de 5% e manutenção das Convenções Coletivas, apesar de algumas mudanças, que não informaram quais foram. O presidente dos metalúrgicos do ABC, Wagner Santana ressaltou na Tribuna de 18/10 que “o sucesso da Campanha Salarial é resultado de muita luta”. Que foi uma grande conquista o aumento real de 1,31%, mais 3,64% de reposição da inflação pelo INPC.

De acordo com as informações contidas nas cláusulas da Convenção Coletiva divulgada pelo sindicato, o piso salarial dos operários metalúrgicos do G2, para empresas com mais de 500 operários, é de R\$ 1.702,39; do G3, com o mesmo número de operários, é de R\$ 1.873,88, e do G8, R\$1.707,07. Portanto, a média salarial dos operários metalúrgicos em indústrias com mais de 500 operários é de apenas R\$ 1.761,11, o que represen-

ta míseros 1,85 salários mínimos. Sendo assim, não há motivo algum para tanto alarde, pois o acréscimo salarial em geral será, no máximo, de R\$ 88,05. Aqui, nem estamos considerando os pisos inferiores, que são pagos nas indústrias com menos de 500 operários.

A conclusão é que os metalúrgicos, que representam a classe social que produz riqueza no País e já foi linha de frente das conquistas dos operários, perdeu sua força e, conseqüentemente, seu poder de pressão sobre os patrões. O divisionismo das Centrais, a conciliação de classes, e a substituição de seus métodos próprios de luta (greves, piquetes, ocupação de fábricas) pelas negociações de bastidores são responsáveis por essa situação.

O POR defende o método da ação direta como forma de arrancar conquistas dos patrões. Além disso, defende o Salário Mínimo Vital, que é o valor mínimo necessário que um operário deve receber para sua manutenção e de sua família. São as assembleias que devem decidir qual é o salário necessário para custear a alimentação, o transporte, as despesas gerais e o lazer. Isso só é possível através da luta direta.

Direção dos estivadores de Santos suspendeu a greve

Os estivadores de Santos suspenderam a greve que teria início na quinta-feira, 25 de outubro. A greve de 24 horas foi convocada como forma de pressionar a justiça do trabalho pelo dissídio coletivo. Segundo o presidente do sindicato dos estivadores de Santos, Rodnei Oliveira da Silva “Nei”, a justiça do trabalho não marcou a audiência de instrução e conciliação, que faz parte da data-base de 2018 e dos dissídios de 2015 e 2016. Mas, decidiu suspender a

greve, pois há uma promessa de nova negociação para o dia 1º de novembro.

Alertamos que os operários não devem ter a ilusão de que a justiça do trabalho, que defende os interesses dos patrões, irá resolver seus conflitos com o patrão. É preciso exigir que o sindicato convoque imediatamente uma greve unificada de todos os operários estivadores por tempo indeterminado. As conquistas só virão com a greve.

Operários da construção civil fazem manifestação

Os operários da Gafisa/SP, importante empresa do ramo da construção civil, com 2.500 trabalhadores diretos e 16 canteiros em atividade na Capital, estão se manifestando contra o calote no pagamento das indenizações dos trabalhadores demitidos.

O presidente do sindicato (Sintracon), ligado à Força Sindical, Antônio de Sousa Ramalho, informa que houve mudança na gestão após a compra de 37% das ações por um grupo coreano. Informa, ainda, que 60% dos operários da construtora em todo o País já foi demitida. Além disso, suspendeu direitos trabalhistas, como vale-alimentação, plano de saúde e seguro

de vida, acordo de diminuição da jornada para 40 horas e irregularidades no recolhimento do INSS e Fundo de Garantia.

É preciso ter clareza de que essa atitude da empresa é reflexo direto da Reforma Trabalhista. Os patrões estão de mãos livres para exploração ainda maior do trabalho dos operários. Com certeza, a justiça do trabalho não irá se manifestar a favor dos operários. Que o sindicato convoque urgentemente a greve geral dos operários da construção civil. Somente assim poderá colocar freio às demissões e obrigar a empresa a pagar o que deve.

Fiat e Ford exigem incentivos fiscais

Enquanto todos os olhos estão voltados para as eleições, deputados e senadores correm para aprovar seus projetos. Nessa semana, será decidida uma importante disputa interburguesa na Câmara dos Deputados, em torno da “MP da Rota 2030”, que substituiu o Inova-Auto (2012-2017). O novo programa tem como objetivo garantir a continuidade dos incentivos fiscais para montadoras do Nordeste.

Fiat (Goiana - PE) e Ford (Camaçari - BA e Horizonte - CE) pressionam o governo e ameaçam fechar suas fábricas no Nordeste, se a MP não for editada da forma mais conveniente para cada uma. Ou seja, que sejam beneficiadas com crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Essa isenção representa uma renúncia fiscal da ordem de R\$ 2 bilhões, em 2019, e de R\$ 1,7 bilhão, em 2020.

O essencial é que os operários não entrem nessa disputa, mas, se organizem desde já para defender seus empregos. Que se apoiem na reivindicação de estabilidade. O objetivo dos capitalistas é manter suas margens de lucro, utilizando os bilhões em incentivo fiscal dados pelo governo todos os anos. Os sindicatos devem chamar assembleias e preparar os operários para defender os empregos.

Responder com luta as demissões da Prometeon

Os ex-operários da Prometeon (antiga Pirelli), de Santo André, fizeram movimento de pressão em frente ao Fórum Trabalhista. O objetivo era chamar a atenção do juiz e advogados para a demora na reintegração dos operários demitidos.

O movimento foi convocado sem a presença do Sindicato dos Borracheiros da Grande São Paulo. Segundo um dos demitidos, “há desconfiança na direção do sindicato em conduzir o processo, visto que foram forçados a assinarem ressignação, concordando com a demissão e isentando o sindicato de qualquer responsabilidade”.

Para o patronato, as demissões são fruto de excedente na produção de pneus. Ao invés de reagir às demissões, a direção traidora do sindicato diz que não é possível convocar uma greve na fábrica por há excedente de produção. Portanto, se alia ao patrão. Eis aí por que uma parcela dos operários acaba descredenciando no sindicato. Acaba confundindo direção do sindicato com o instrumento de luta, que é o sindicato. É nesse momento que se evidencia a necessidade de uma direção classista e de luta. Essa deve ser a nossa tarefa.

O 29º Congresso do Sinpeem esteve sob a política eleitoral do reformismo petista

É preciso superar as ilusões democráticas, lutar contra o avanço das tendências fascizantes e preparar os trabalhadores para o enfrentamento às reformas, constituindo os comitês de luta e erguendo o combate unitário pelas reivindicações dos explorados!

O 29º Congresso do Sinpeem ocorreu entre 16 e 19 de outubro, com a presença de aproximadamente 4 mil delegados. Repetiu as deformações das últimas edições, com um caráter distracionista, repleto de atividades culturais, palestras acadêmicas e até sala de massagem. Manteve-se, assim, distante das reais necessidades dos trabalhadores, ainda mais prementes, dado o acirramento das tendências ditatoriais no país. A tônica do encontro, aliás, foi dada pela conjuntura política, em particular pela disputa para presidente. Os trabalhadores da rede municipal foram arrastados pela onda eleitoral. É sabido que o crescimento do bolsonarismo, que expressa o movimento à direita da grande burguesia e do imperialismo, têm se manifestado no interior da categoria. Durante o congresso, no entanto, não houve manifestações de apoio ao candidato diretista.

O que não faltou foram as demonstrações de adesão à candidatura petista. É grande a ilusão na possibilidade de “derrotar o fascismo” nas urnas. Nesse sentido, conformou-se uma enorme unidade de cunho eleitoreiro, capitaneada pelos agrupamentos petistas, que utilizaram o congresso para fazer campanha (caça aos votos). Nisso estão incluídas todas as correntes de oposição, com exceção de dois agrupamentos, um deles a Corrente Proletária da Educação. Esta defendeu a posição do voto nulo, pela construção do partido revolucionário, demonstrando a necessidade de o congresso do Sinpeem se colocar

pela construção dos comitês de luta dos explorados, erguendo suas reivindicações, com independência de classe e com o método da ação direta, sem abrir mão da estratégia própria de poder, que se condensa na bandeira do governo operário e camponês.

A direção do sindicato, corrente Compromisso e Luta, com o vereador Cláudio Fonseca (PPS) à frente, se esquivou de um posicionamento incisivo por esta ou aquela candidatura. Firmou uma linha de que o Sinpeem tinha que seguir “com independência, sem ser indiferente”. Manifestou-se em defesa de valores como a democracia, o Estado de Direito, o diálogo, a paz, a liberdade, etc. Foi a forma que arranhou para criticar Bolsonaro, identificado como autoritário e preconceituoso, porém, sem poupar Fernando Haddad. Retomou algumas críticas, por exemplo, à Sampaprev, projeto de Previdência Complementar, de autoria do ex-prefeito petista, derrotado no primeiro semestre desse ano, com a greve e as manifestações gigantescas do funcionalismo municipal.

Essa máscara de independência, entretanto, só engana os incautos. A disputa pelo governo do estado de SP, por exemplo, entre Doria (PSDB) e Márcio França (PSB), não foi sequer citada por Fonseca. Certamente, se indagado, diria que o sindicato dos professores estaduais é outro. Mas, é de conhecimento geral o apoio dado pelo presidente do Sinpeem ao então can-

didato a prefeito, João Doria. O último congresso da entidade, inclusive, foi marcado por um balanço crítico da categoria em relação a essa ligação. Esses fatos, por outro lado, são só alguns dos mais significativos e próximos no tempo. Fonseca tem uma longa história como burocrata sindical, vem do estalinismo (PCdoB), esteve na base de apoio do governo Kassab, etc.

No momento da plenária, prevaleceu a resolução sobre a questão eleitoral, apresentada pela aliança do campo petista, principalmente *O Trabalho*, com setores da oposição. A formulação indicava voto em Haddad, condenava o voto nulo/branco e terminava com a consigna “#elenão”, que tem servido para embocar desde o PSDB até o PSTU. Falando sobre as plenárias, o que se constata é que pouco avançaram. Foram aprovadas algumas resoluções sobre a política educacional; reafirmou-se a decisão, tomada ano passado, pela reabertura das subseções (que a direção majoritária ignorou e confessou em plenário que seguirá ignorando, revelando seu desprezo pelo princípio da democracia operária); e, por fim, votou-se um Plano de Lutas, sem propostas muito claras de mobilização para esse semestre. A proposta feita pela Corrente Proletária da Educação durante

a aprovação do regimento, de que a direção deveria publicar o balanço financeiro do congresso por escrito, até agora não foi cumprida, revelando o total descaso com um aspecto tão elementar para qualquer organização sindical.

A Corrente Proletária da Educação participou desde o pré-congresso, nas escolas, defendendo um congresso classista, de luta e democrático. Travou o combate em seu interior para que fosse aprovada uma linha de independência de classe e de defesa das necessidades mais sentidas dos trabalhadores e juventude oprimida. Exemplo disso é a formulação correspondente à defesa do salário mínimo vital, que foi aprovada em plenário. Fez a defesa do método da ação direta, em oposição ao eleitoralismo e à via da pressão parlamentar, embora essa proposta tenha sido derrotada. A Corrente Proletária da Educação distribuiu seu manifesto, realizou a venda de sua tese e do Jornal Massas, além de ter feito uma atividade, durante a programação do congresso, de lançamento da Revista Proletária na Educação nº 8. Segue agora nas escolas, fazendo o balanço e apontando a importância de a categoria permanecer alerta para enfrentar os ataques que virão.

Alunos e professores da EE Miss Browne barram o Programa Ensino Integral (PEI)

Bastou que os alunos e professores da EE Miss Browne se organizassem e se levantassem contra a implantação do PEI na escola, para ele ser retirado rapidamente.

Precisamos aprender a lição: só através da luta conseguiremos conquistar nossas reivindicações e barrar os ataques da burguesia e seus governos.

Em um conselho fraudado (com mais funcionários e membros da gestão do que seria permitido, e sem alunos votantes) a direção aprovou o PEI para a escola, mesmo sabendo que desagradava a maioria da comunidade, principalmente pelo provável fechamento do noturno.

Os estudantes e professores fizeram um ato em frente a escola, no dia 19, contra mais essa investida do governo contra o Miss Browne (escola que seria fechada em 2015). Foram tiradas duas comissões para pressionar a supervisora e a dirigente. As reuniões foram realizadas com presença de estudantes, professores e representantes sindicais. Algumas horas depois, o projeto tinha sido retirado da escola!

Os estudantes devem manter sua organização através de um grêmio forte e independente da gestão. Devem estar preparados, pois novos ataques virão!

Paraná

Sindiprol | Aduel aprova vinculação ao ANDES-SN

Em consulta realizada junto aos seus associados, prevaleceu majoritariamente a decisão da base do sindicato de integrar o ANDES-SN. Votaram a favor 87,80%, 10,60% votaram contra. Agora, o único sindicato de professores das estaduais do Paraná que não estava no ANDES, passará, no futuro, a integrar o sindicato nacional.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$5

Balanço da greve da USP 2018

A oposição entre as direções/correntes em geral e as bases/POR deve se elevar na luta por uma direção revolucionária para o movimento estudantil.

A greve na USP aconteceu em meio a uma tendência geral de luta no país, que empunhou reivindicações que poderiam levar a uma ampla unidade contra o governo, a burguesia e suas medidas antinacionais e antipopulares, retomando o caminho da greve geral de 28 de abril de 2017. As direções reformistas e centristas rejeitaram essa via e se apegaram ao corporativismo e à conciliação de classes. O POR travou combate em defesa da retomada da greve geral e do programa e métodos proletários. Põe-se em evidência a necessidade de constituir uma fração revolucionária e avançar a luta pela superação da crise de direção.

POR **MASSAS**

Os professores da base do Sindiprol | Aduel demonstraram compreender a importância da organização unificada com o movimento nacional e estadual, no contexto de pressões monstruosas que as universidades vêm suportando, e que deverão se agravar no futuro imediato.

Coloca-se dessa forma a possibilidade de superar a divisão que existia no movimento docente do Paraná, devido à política sectária e caudilhesca de uma parte dos sindicatos do estado, que excluía o principal sindicato das estaduais.

Essa política caudilhistas levou à perda da direção de duas ADs para a oposição, que, na última eleição da diretoria, apoiou a chapa “Renova Andes”, que obteve 45% dos votos.

Concomitantemente, vem se estruturando o Comando Sindical Docente, integrado pelas ADs e pelo Sindiprol | Aduel, com a finalidade de se constituir na instância de organização unitária dos docentes do Paraná, de modo a superar a fragmentação e empirismo, que caracterizou a atuação dos sindicatos durante os últimos embates com o governo do Estado.

Pernambuco/ **“Assembleia Estudantil” na UFPE**

Militantes do Levante Popular da Juventude convocaram uma “assembleia estudantil” da UFPE, na terça, 23/10, em meio à agitação eleitoral que arrastou os partidos reformistas, e da pequena burguesia atrás do PT. Cerca de duzentos estudantes estavam presentes na assembleia, chamada de forma repentina. Há cerca de oito anos que o DCE está fechado. A atividade foi marcada pelo desespero de virar votos para candidatura de Haddad, a política rebaixada foi também promovida pelos militantes de outras correntes com a defesa inconsequente do projeto petista. Os diversos DAs presentes foram igualmente arrastados.

Um militante do POR, que também atua no D.A. de Serviço Social, defendeu a construção do movimento para além das eleições, que pautasse a unificação de nossas reivindicações, e, preparasse o movimento estudantil para o enfrentamento aos ataques às vidas das massas, tendo em vista que já se anuncia a Reforma da Previdência para novembro, a Reforma Trabalhista e EC 95, em vigor, e a perseguição ao movimento estudantil na UFPE. Apesar dessa intervenção, ao fim de todas as falas, se entoavam os cânticos da candidatura petista que encontravam nos estudantes presentes seu coro.

A presença dos diversos D.A.s e a participação na assembleia apontam uma disposição de luta entre o movimento estudantil.

Mas, o clima era de terror e desespero, sem nenhuma perspectiva de uma atuação efetiva. A democracia é fetichizada, como se não houvesse classes sobre esse sistema, e o projeto de conciliação e de traição petista é escondido.

Surpreendentemente, a assembleia não teve encaminhamentos. Os encaminhamentos já estavam dados pelos que convocaram a assembleia: panfletar e fazer bandeira ao longo da última semana de eleições. Ou seja, não foi uma verdadeira assembleia, não foi regida democraticamente. O absurdo encontrou conformidade entre os estudantes, que já se encontravam dispersos em meio a uma assembleia despolitizada. Na ausência de encaminhamentos, a mesa da assembleia convocou uma reunião na terça seguinte, para que houvesse encaminhamentos a partir do resultado eleitoral.

Insistiremos na necessidade de criar os comitês de luta em defesa da universidade pública, pela autonomia universitária e contra a repressão e a militarização da política. O desafio consiste em preparar as organizações em torno da política do proletariado, com independência de classe, e os métodos da luta de classes: greves, ocupações, piquetes, manifestações etc., o que permitirá o combate efetivo contra qualquer retirada de direitos, qualquer tendência autoritária, pelo fim da exploração e superação deste sistema, pelo governo operário e camponês.

Rondônia/ **Manobras e despolitização marcam as eleições do DCE - UNIR**

As eleições do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Rondônia – UNIR aconteceram dia 16 de outubro, nas quais concorreram duas chapas. A Chapa 1, intitulada “Todas as Vozes”, foi organizada pela atual diretoria do DCE, sob a política do PT “Levante da Juventude”. Como se vê, pelo slogan da chapa, valia todo tipo de alianças para ganhar o aparelho. A chapa 2, “Resistência Universitária” também foi constituída por estudantes de diversos cursos e estava sob a política maoísta, do Movimento Estudantil Popular Revolucionário – MEPR. A eleição contou com manobras criadas pela diretoria do DCE e pela comissão eleitoral, que tinha também aliados da militância maoísta.

O resultado da eleição não poderia ser diferente. Expressou claramente a política de conciliação de classes do PT. Dos aproximadamente 15 mil estudantes da universidade de todos os campi, apenas 1.661 votaram. A chapa 1 foi a vencedora, obteve 1.292 votos, enquanto a chapa 2 ficou com 364 votos. Esse pequeno contingente de votantes é a prova viva do descrédito dos estudantes para com suas entidades, em função da política levada pelos petistas e maoístas junto aos estudantes. E, por outro lado, da ausência de uma direção classista, revolucionária, no interior da universidade.

O caráter embrionário da Corrente Proletária impediu que comparecesse como sendo esse polo aglutinador da vanguarda. Inteiro

nas eleições do DCE propagandeando o programa revolucionário, que se assenta nos princípios da democracia operária, na unidade entre estudantes, professores e funcionários, na defesa da educação pública e gratuita em todos os níveis, na estatização de todo o ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha, no combate à reforma trabalhista, no rechaço à reforma privatista do ensino médio e na defesa dos métodos da luta de classes para conquistar as reivindicações da maioria explorada e da juventude oprimida. Por isso, não pôde apoiar nenhuma das duas chapas. Chamou, assim, os estudantes mais conscientes a se aglutinarem em torno da Corrente Proletária, objetivando erguer uma fração estudantil verdadeiramente de combate.

Cabe, também, destacar que a eleição do DCE ocorreu no momento de ataque violento aos recursos das universidades federais e de profunda crise econômica do capitalismo. A crise política no País tem em sua base a crise econômica. A Corrente Proletária, durante o processo eleitoral do DCE, divulgou os Manifestos do POR, que mostravam o avanço da direitização, das tendências fascistas e das disputas interburguesas em torno das candidaturas do direitista Bolsonaro e do petista Haddad. Manifestos esses que faziam um chamado à independência de classe dos explorados e à constituição do partido operário revolucionário.

Lançamento do Livro “Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista”

No dia 19/10, o Grupo de Estudos e Pesquisas Materialismo Histórico e Dialético na Educação – GEPMHDE, ligado ao curso de Pedagogia do campus da Universidade Federal de Rondônia, em Rolim de Moura, organizou um evento de extensão universitária, intitulado: “Rememorações de Lutas Sociais da Classe Trabalhadora em uma Abordagem Internacionalista: Karl Marx, Massacre no México e o Maio de 1968 na França”.

Nessa ocasião, a Corrente Proletária da Educação/POR fez parte de uma das mesas de debate, que incluía os 200 anos do nascimento de Marx e os 80 anos da IV Internacional, bem como as lutas históricas dos estudantes.

A Corrente Proletária dedicou sua exposição aos 80 anos da In-

ternacional, apresentando o livro do POR. Fez um breve histórico da importância vital do Partido Mundial da Revolução Proletária, portanto da IV Internacional. Relatou os acontecimentos que levaram à criação da Internacional e a brutal perseguição política dos trotskistas, que culminou com o assassinado de Leon Trotsky. Mostrou a vigência do Programa de Transição e a política das correntes que acabou por esfacelando a IV Internacional. Concluiu com a tarefa de reconstruir a IV Internacional, que tem como base a constituição dos partidos-programas em nosso País. E ressaltou o papel do POR boliviano na edificação do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e a vasta obra trotskista deixada por Guillermo Lora. Saudou, por fim, o internacionalismo proletário.

Nesta edição:

- **Argentina:** A burguesia avalia saídas institucionais para preservar o regime.
- **Cuba:** Vias da restauração capitalista no campo.
- **Abusos e estupro:** Podridão corrói a Igreja Católica.
- **Formação:** Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina

A burguesia avalia saídas institucionais para preservar o regime

Os debates acerca da solução política da crise e o acordo sobre o orçamento parecem desconhecer que ocorreu uma mudança extremamente grave: a economia e a política estão sendo dirigidas e controladas desde os EUA. É lá que se tomam as decisões e se discutem os planos alternativos. Já nem cuidam das formas. Transformaram-nos abertamente numa colônia do imperialismo. O governo é um simples fantoche, que não decide nem opina. A questão da soberania nacional transformou-se no tema central: é preciso acabar imediatamente com essa situação.

Alberto Rodriguez Saa sugere que se podem antecipar as eleições, para resolver a crise política.

Em junho, o governo teve de demitir o superministro Arangurem (de energia), a Cabrera (Produção) e a Sturzenegger, presidente “estrela” do Banco Central. Decidiu entregar o comando da economia ao FMI, como sua única alternativa.

Na última semana de agosto, evidenciaram-se as fissuras dentro do governo sobre a conveniência ou não de procurar uma extensão do acordo com o FMI. O breve discurso de Macri, mentindo acerca de que haveria um novo acordo já em tramitação, e que foi desmentido em poucos minutos, mostrou um quadro patético de desespero, improvisação e imperícia.

No começo de setembro, tentaram mudar o ministro de economia três vezes, mas não acharam quem quisesse pegar nessa batata-quente. Ofereceram cargos aos radicais, que queriam três ministérios ou nada. Não tiveram nada. Pretendiam os ministérios de Defesa, Educação e a Chancelaria.

A redução de ministérios, anunciada no dia 3 de setembro, foi uma maquiagem; na verdade, todos continuaram nos seus mesmos cargos, nos mesmos escritórios, com as mesmas secretarias, assessores e motoristas, exceto Quintana e Lopetegui, homens da maior confiança de Macri e Peña, os quais foram demitidos, reduzindo o poder de Peña no gabinete. Macri havia jurado que chegaria com esses três até o final do governo. E, embora com essas medidas pretendessem oxigenar o gabinete, como reclamavam os banqueiros internacionais, o que conseguiram foi enfraquecê-lo mais ainda.

O governo demonstra não ter a menor ideia de como sair do atoleiro em que se meteu. Demonstra estar encurralado. “O esquema de governo de Macri está em estado crítico” afirma o Clarín. Aumenta o forte descontentamento popular com sua política, que ataca duramente à maioria.

O FMI, os bancos internacionais, os fundos de investimentos reclamam não apenas ajustes e pagamento das dívidas, mas, pressionam para que se garanta que o “modelo” continue, que se garanta a “gover-

nabilidade”. Quer dizer, que não brote nenhuma aventura “populista”. Reclamam co-governar com radicais e peronistas. Que se garanta que o orçamento do FMI seja aprovado em setembro. O orçamento de junho não durou nem três meses.

Preveno o aprofundamento da crise política, vários setores patronais propõem, há tempos, uma reforma constitucional, como saída “estrutural” à crise, para romper com os chamados modelos neoliberais. Isso revela sua completa impotência para encontrar uma saída política.

O cogoverno com peronistas e radicais, junto com Macri ou sem Macri, foi conversado com dirigentes de ambos os partidos, como saída diante do agravamento da situação. De fato, a maioria dos governadores e legisladores peronistas colaboram com o governo do FMI, em sua política de super ajustes. Todos eles são responsáveis de termos chegado a essa situação, não podem dizer que desconheciam o que estava ocorrendo.

Os setores kirchneristas aparecem divididos entre aqueles que querem que o governo continue até 2019, para que uma “ampla frente anti oficialista” derrote Macri, e aqueles que não querem mais “engolir sapo”, não querem nenhuma frente com aqueles que consideram traidores, que facilitaram a política entreguista de Macri.

Rechaçamos toda saída burguesa à crise política, econômica e social. A classe operária e a grande maioria oprimida devem liquidar esse regime, com seus próprios métodos de luta, com seu programa político. Nenhum setor da burguesia pode dar resposta.

Quando postulamos a necessidade de um plano de lutas, que se inicie com uma greve ativa, que os trabalhadores realizem assembleias nos locais de trabalho, os vizinhos nos bairros, os estudantes nos seus locais de estudo, e que coordenem suas ações, estamos dizendo que a tarefa de nos livrarmos de Macri e do FMI está nas nossas mãos. E que é urgente. É preciso interromper já o desastre!

Não podemos delegar ao congresso, à justiça ou aos partidos patronais. Que todos eles agem como bombeiros para apagar o incêndio social que se aproxima.

Que devemos preparar o nosso plano de governo, quais são as medidas urgentes necessárias para garantir o pão e o trabalho, a saúde, a educação e a moradia, para a grande maioria.

A resposta está nas mãos da classe operária e da maioria oprimida, com seus métodos de luta, com sua política. Basta de politicagem burguesa!

(extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Cuba

Damos sequência à análise do projeto da nova Constituição cubana, destacando o texto das reformas constitucionais na estrutura e propriedade agrárias.

Vias da restauração capitalista no campo

A restauração capitalista é um longo percurso histórico, marcado por contradições, que surgem das condições econômicas, sociais e políticas concretas. É, nesse sentido, que se coloca a necessidade de destacar as vias que poderá percorrer a restauração na estrutura agrária, originada da revolução.

A revolução agrária constituiu uma peça chave na consolidação do governo revolucionário. Sua origem social esteve no apoio do camponês pobre ao movimento guerrilheiro e seu programa de reforma agrária radical. Quando foi colocada pelas leis da história e da revolução, na época de decomposição capitalista, que a resolução da tarefa democrática de entrega da terra aos camponeses somente seria possível pela via dos métodos revolucionários do proletariado, o camponês apoiou decididamente a expropriação revolucionária dos latifúndios e da produção agroindustrial. Expressava-se, assim, a interdependência das tarefas democráticas com as socialistas.

Desde os primeiros passos do governo revolucionário, a experiência demonstraria a importância estratégica da agroindústria – historicamente, o setor mais dinâmico das exportações e principal fonte de ingressos – para cumprir com o objetivo de assistir técnica e financeiramente o pequeno camponês, para que trabalhasse produtivamente a terra. Essa condição colocou a propriedade social da grande produção agroindustrial e o proletariado agrícola como fator econômico e social decisivos para a economia agrária, e para mostrar ao campesinato a superioridade da propriedade social.

Nessas condições, abre-se caminho para superar a pequena propriedade privada agrária de baixa produtividade, conduzido pela aliança operária e camponesa. Assim, se realiza a tarefa estratégica da progressiva absorção da propriedade camponesa pela propriedade social. As cooperativas deveriam servir como um passo nesse caminho. Mas, passados 20 anos, desde que o castrismo assumiu o poder, e se estabeleceram as bases para avançar a resolução dessa tarefa, a propriedade privada agrícola (individual ou cooperativa) continuou a vigorar e se fortalecer. Agora, reconhecida como elo insubstituível da “economia socialista”, e não como fenômeno histórico e social transitório. Não se tratava, evidentemente, de uma decisão baseada apenas em considerações políticas. Foram processos históricos objetivos que levariam a manter essa estrutura agrária combinada.

Quando se avançaram as expropriações, a revolução foi submetida a um violento bloqueio econômico pelo imperialismo norte-americano, sendo impedida de colocar suas exportações agrícolas no mercado mundial. O castrismo recorreu, então, à burocracia soviética, que lhe garantiu maquinário, financiamento, equipamento militar e condições preferenciais para suas exportações agrícolas, com a condição de que a direção de Castro se submetesse às suas diretrizes mundiais.

Cuba passou a se integrar como produtor de matérias-primas na divisão social do trabalho da “comunidade econômica” dos países socialistas (COMECON). Mas, essa medida prática de sobrevivência faria com que a agroindústria adquirisse uma importância desmesurada na estrutura econômica nacional. O que impulsionaria a rápida degenerescência burocrática do castrismo e sua subserviência perante a burocracia e a economia soviéticas. Quando firmada a desintegração da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas, essas mesmas circunstâncias levariam novamente

ao isolamento da revolução cubana, projetando uma brutal e profunda crise econômica, que se alastra até os nossos dias. Os “acordos bilaterais”, com Venezuela ou Nicarágua, ajudaram Cuba a subsistir perante o bloqueio norte-americano; mas, nunca adquiriram a importância das relações anteriores com Moscou, nem serviram para prover os equipamentos necessários.

A pequena propriedade camponesa não achou, assim, condições materiais para ser absorvida pela grande produção socializada, o que exigia a industrialização do país e o provimento de equipamentos e maquinaria, em quantidade e qualidade suficientes ao camponês. Mas, também a agroindústria, sob o controle estatal, arrastaria o atraso por décadas. Ao mesmo tempo em que, face às tendências restauracionistas, a tendência do camponês voltar à velha situação revelou-se um fator político de primeira importância para manter o Estado operário degenerado em pé.

Está aí por que as relações econômicas, políticas e sociais da estrutura agrária, herdadas do processo histórico anterior, permanecem presentes no projeto da nova Constituição. Não por acaso, reconhecem-se como polos da produção agrícola a propriedade socialista das terras “que não pertencem a particulares ou cooperativas integradas por estes” e a propriedade privada camponesa - individual e “coletiva” “sustentada no trabalho coletivo de seus sócios proprietários”.

No entanto, não se trata, agora, da etapa da consolidação do estalinismo, mas de sua desagregação e decomposição e do avanço das pressões restauracionistas, que empurram a burocracia a assumir os objetivos gerais da burguesia mundial. Por isso, junto a essa estrutura agrária, se propõem a incorporar no projeto de Constituição reformas que servem de esteio a relações de produção capitalistas, e para que penetre a grande propriedade burguesa na estrutura agrária do país.

Isso explica por que se reconhece e se garante o desenvolvimento da propriedade privada “que se exerce sobre determinados meios de produção”, a formação de empresas “mistas” (“combinação de duas ou mais formas de propriedade”) e, especialmente, a possibilidade de particulares (pessoas físicas e jurídicas) poderem, finalmente, aceder à propriedade privada da terra, cabendo apenas ao Estado garantir a “transmissão de direitos” sobre bens e meios de produção. Não por acaso, apagou-se a restrição de que “A terra dos agricultores pequenos somente é herdada por aqueles (...) que a trabalham pessoalmente”. Formulação que constava da Constituição de 1976.

O reconhecimento constitucional da “autonomia” na administração e gestão das “empresas mistas”, assim como a garantia dos interesses dos investidores estrangeiros, são as vias pelas quais a burguesia mundial passará a atacar a propriedade social, a planificação econômica e o monopólio do comércio exterior, já deformados e debilitados. Essa é, sem dúvida, a tendência mais geral da nova fase de restauração capitalista.

Essa possibilidade será, ainda, limitada pela burocracia castrista, que depende, para sua sobrevivência, de manter em pé e sob seu controle grande parte da propriedade social. Somente assim poderá “administrar” e “adocicar” a restauração capitalista. É o que se observa nas reformas, em que se propõe que a propriedade privada da terra seja regulamentada “por um regime especial”, que proíbe o “arrendamento, parceria, os empréstimos hipotecários e qualquer ato que implique gravação ou cessão particular dos direitos emana-

dos da propriedade privada da terra” e se limitar à “concentração da propriedade em pessoas naturais ou jurídicas não estatais”, garantindo desse modo que sua extensão seja compatível “com os valores socialistas de equidade e justiça social”.

Essas passagens deixam em claro o objetivo da burocracia de impor um contrapeso jurídico e político às leis econômicas fundamentais da restauração capitalista, que avançam independente das prescrições constitucionais. Tais medidas podem, conjunturalmente, limitar a penetração das relações de produção e propriedade burguesas. Mas, não evitarão que continuem seu trabalho de destruição dos alicerces sociais da revolução.

O essencial dessa constatação está em que o imperialismo está obrigado a agir nas condições históricas concretas e recorrer às manobras, para avançar a restauração capitalista, se valendo para isso da estrutura econômica herdada da revolução. É, nesse sentido, que as cooperativas agrícolas, carentes de recursos técnicos e financeiros, podem vir a se converter em importantes pontos de apoio interno de seus interesses, uma vez que poderão adotar a forma jurídica de “empresas mistas” e, desse modo, servir à penetração do capital monopolista.

Como se vê, as mudanças no projeto de reforma constitucional acabarão favorecendo o desenvolvimento das relações capitalistas e os interesses individuais sobre as débeis e embrionárias relações

socialistas e os interesses coletivos. Seu futuro desenvolvimento poderá retroagir Cuba à condição de semicolônia. O que significaria a destruição das conquistas revolucionárias do proletariado (propriedade social dos meios de produção, economia planificada, monopólio estatal do comércio exterior, educação e saúde públicas, etc.) e a projeção da exploração capitalista do trabalho no campo e nas cidades, com a explosão de todas suas mazelas capitalistas (desemprego, subemprego, a destruição de conquistas, etc.). Assim, como um violento retrocesso das conquistas dos camponeses pobres, colocando-os, mais uma vez, na dependência do grande capital.

A burocracia estalinista (o castrismo é uma de suas variantes nacionais) já demonstrou sua incapacidade de se opor às tendências restauracionistas do capitalismo. Essa casta rompeu seus laços com a classe operária e com o marxismo, passando objetivamente ao campo da burguesia, ao favorecer as condições de sua ofensiva contra as conquistas das massas cubanas. De forma que cabe à população cubana assumir o combate à restauração capitalista em curso. O que exige constituir a aliança operária e camponesa, sobre bases revolucionárias, e que o proletariado cubano assuma a direção do Estado e da economia, pela via da revolução política.

Somente a constituição do governo operário e camponês, assentado na organização e democracia operárias, pode se erguer como uma fortaleza revolucionária contra a restauração capitalista.

Podridão corrói a Igreja Católica

Recentemente, publicaram-se denúncias de estupros e abusos sexuais praticados por sacerdotes, bispos e cardeais, a milhares de vítimas. Esse rastro de agressões percorre mais de 60 anos. Fatos que revelam a podridão moral na Igreja Católica.

Na Alemanha, entre 1946 e 2014, 3.677 crianças foram abusadas por 1.670 sacerdotes (4,4% do total). Segundo a Conferência Episcopal, 54% tinham abusado sexualmente “apenas” de uma vítima e 42,3% entre duas e 44 vítimas (média de 2,5). 566 dos envolvidos foram acusados (34%), 41 desvinculados e 88 excomungados. Na Holanda, entre 1945 e 2010, entre 10 mil a 20 mil crianças foram vítimas de abusos e estupros. Metade dos 39 cardeais e bispos sabia dos abusos, mas os acobertaram. Nos Estados Unidos, na Pensilvânia, foram acusados 300 sacerdotes, por abusos que ocorreram desde 1940. Destacaram-se casos sadomasoquistas e de uso de drogas para imobilizar as vítimas. Na capital, Pittsburgh, existia uma rede de padres estupradores que coordenavam entre si os estupros e abusos. No Chile, foram denunciadas 167 pessoas que, entre 1969 e 1995, abusaram de mais de 178 vítimas, dentre as quais 79 crianças e adolescentes. Entre os acusados, há 96 padres, sete bispos, quatro diáconos, dez leigos e 30 religiosos (não sacerdotes).

No que diz respeito às vítimas, a maioria era, à época, menor de 14 anos, de sexo masculino e pertenciam às camadas mais pobres da população, ou eram órfãos. Em 65% dos casos, comprovou-se que existia, entre o estuprador e a vítima, uma relação “litúrgica” (ajudantes de missa, alunos de catecismo, etc.) ou “didática” (alunos de comunhão e de escolas religiosas). Destaca-se ainda que a maioria dos abusos e dos estupros aconteceu na residência do padre, na Igreja ou em suas dependências, nas escolas religiosas ou excursões e colônias de férias organizadas. O estudo dos casos afirma que as violações expressaram a impossibilidade dos religiosos de terem uma vida sexual e afetiva sadia e responsável (24%), depressão constante (21%), abuso do álcool ou drogas ou tendências suicidas (11%), dentre outros graves desequilíbrios.

Referimo-nos aqui aos casos comprovados e documentados. Estima-se que é uma pequena parte dos casos. Mas, o suficiente

para se ver a gravidade. As denúncias obrigaram a cúpula eclesástica dos diversos países a se pronunciar. O Papa Francisco declarou que promoveria uma “limpeza histórica” na Igreja, e convocou a Conferência Episcopal, para fevereiro de 2019.

Foram também publicadas “orientações” sobre quais as “atitudes permitidas” nas relações entre sacerdotes, bispos e cardeais com as crianças, adolescentes e adultos que assistem aos cultos e à catequese, ou que pertencem às diversas instituições de ensino da Igreja. No Chile, por exemplo, foi publicada uma “orientação” redigida pelo arcebispo Ricardo Ezzati. Intitulada de *Orientações que Fomentam o Bom Tratamento e a Convivência Pastoral Saudável*, a “orientação” proíbe dar “abraços muito apertados”, “abraçar por trás”, dar “palmas nas nádegas”, “tocar a área dos genitais ou o peito”, “fazer massagens”, “beijar na boca”, “lutar ou fazer brincadeiras que impliquem tocar de maneira inapropriada”, “deitar ou dormir com meninas, meninos ou adolescentes”, realizar “qualquer expressão de afeto que o menino, a menina, adolescente e pessoas vulneráveis não aceitem e rejeitem” ou “violar a privacidade, olhando ou tirando fotos, quando meninos, meninas, ou pessoas vulneráveis estiverem nus, se vestindo ou tomando banho”. Recomenda também aos sacerdotes, bispos e cardeais “utilizar o tato somente conforme for adequado e permitido pela cultura local” e que “qualquer material sexualmente explícito ou pornográfico é absolutamente inadmissível”. O essencial dessa orientação está em que objetiva limitar “comportamentos que podem ser mal interpretados e que, portanto, devem ser evitados”.

Quando veio a conhecimento público, a “orientação” desatou uma nova crise interna à Igreja. Violentas críticas foram realizadas pelas vítimas. Sobre Erzatti, pesam denúncias de ter acobertado abusos sexuais e, agora, é acusado de encobrir os abusos, ao fazê-los passar como “demonstrações excessivas de afeto” ou “desvios individuais”, que poderiam ser corrigidos com “orientações” e “penitências”. Em outras palavras: a “orientação” não passava de um decálogo de comportamento que guiaria padres, bispos, cardeais e religiosos a agirem em público de forma tal a impedir que novas denúncias venham à tona.

O arcebispo Carlos Maria Viganó denunciou, em documento público, que o Papa Francisco sabia dos casos de abuso pelo cardeal Theodore McCarrick, nos Estados Unidos, e os ocultou até que isso se tornou insustentável. Viganó chegou ao ponto de pedir a renúncia do Papa. McCarrick renunciou ao seu cargo na Igreja. O Vaticano, a pedido do papa, afirmou que está fazendo um estudo do problema, e revelou que tem havido acobertamento de bispos, enquanto padres são denunciados. A diferenciação hierárquica intensificou o conflito interno à hierarquia da Igreja.

Citamos esses acontecimentos para demonstrar que o objetivo da Igreja é o de estancar o lodo que cobre a sua imagem pública e afeta seu poder político. A hierarquia católica sempre soube do que se passava na sombra do púlpito, e ocultou sistematicamente. Sabe-se que protegeu os envolvidos, abafou as denúncias e destruiu provas processuais. As contradições internas e externas – a Igreja é um império econômico e uma imensa máquina política – puseram à luz do dia a podridão.

Os ministérios públicos tiveram especial cuidado em individualizar as responsabilidades nos estupros, sem tocar na estrutura que os acobertou. Ao qualificar como “desvios ocasionais”, evidenciou-se a intenção de uma parcela da burguesia mundial em poupar a Igreja Católica dos abalos políticos. No entanto, há outra parcela que trabalha, em maior ou menor grau, como portavoza e reprodutora das denúncias. O que evidencia uma disputa interna e externa ao Vaticano, particularmente em torno ao Papa Francisco (o argentino Jorge Bergoglio).

É bom lembrar que a eleição de Bergoglio pretendeu frear o retrocesso da influência do catolicismo perante outras religiões, particularmente na América Latina, onde se concentra a maior quantidade de católicos no mundo todo. O bispo argentino gozava de popularidade e era um dos artífices da demagogia reformista ensaiada para atrair novos fiéis no mundo todo. Nos cálculos da alta hierarquia católica, estava a possibilidade de sua figura e carisma servir à corrida contra o avanço dos evangélicos. Assombrava-a o fato dos concorrentes se fortalecerem nas camadas mais desesperadas da população e, inclusive, converterem milhares de católicos desencantados.

Objetivando frear essa sangria, sua eleição devia fortalecer as posições católicas na disputa pelos fiéis. É nessas condições que o novo Papa se arvorou em defensor das minorias, denunciou a “desigualdade social”, criticou o “capitalismo selvagem”, “condenou” os conflitos bélicos que envolvem o imperialismo e pretendeu arbitrar os conflitos que envolvem as potências Trump, Teresa May, Macron, etc., bem como o imperialismo e os governos nacional-reformistas, principalmente, Nicolás Maduro. Embora não passassem de manobras circunstanciais, essa demagogia desper-

tou descontentamento em setores do imperialismo. O que passou a se refletir dentro da estrutura da Igreja Católica, com resistência e boicote de uma influente fração do alto clero.

Observa-se que existe uma tendência da burguesia, especialmente nas semicolônias, a se apoiar cada vez mais naquelas religiões que demonstram mais capazes de resistir às pressões dos explorados, que reforçam a supremacia dos interesses individuais e pessoais, e que demonstram maior capacidade de arregimentar política e ideologicamente as massas. É o caso das diversas igrejas evangélicas que, aliás, vêm ganhando cada vez mais fiéis e um maior peso político. No Brasil, por exemplo, já contam com mais

A religião é o “ópio do povo”. Essa sentença de Marx sintetiza o lugar das igrejas na contenção da luta dos explorados contra a burguesia. Está aí por que uma das tarefas históricas é a de libertar a classe operária e os demais oprimidos do obscurantismo religioso.

35% do total de fiéis e uma bancada parlamentar decisiva para a aprovação das leis mais reacionárias da burguesia. Mas, fundamentalmente, constituem aparatos eleitorais com enorme capacidade de arregimentar as massas por trás das candidaturas que, circunstancialmente, melhor lhes servem. A eleição de Marcelo Crivella, em Rio de Janeiro, e a projeção nacional da candidatura de Bolsonaro são alguns dos exemplos. Está claro que o rígido autoritarismo ideológico e o doutrinário obscurantista dos evangélicos constituem um canal de expressão mais eficaz à virada ditatorial e reacionária da política burguesa em toda a linha.

A religião é o “ópio do povo”. Essa sentença de Marx sintetiza o lugar das igrejas na contenção da luta dos explorados contra a burguesia. Está aí por que uma das tarefas históricas é a de libertar a classe operária e os demais oprimidos do obscurantismo religioso. Com todas as demonstrações de que as igrejas são aparatos de repressão da sociedade de classes e lugar de tráfico de poder, continuam a exercer grande influência, principalmente nos países atrasados e semicolônias. O imperialismo exporta a religião e a usa como instrumento de dominação. Isso se deve ao atraso político, organizativo e cultural dos explorados, mantidos sob a batuta dos capitalistas. A grande derrota da classe operária mundial com o processo de restauração capitalista na ex-União Soviética, Leste Europeu, China e Cuba interrompeu a marcha da emancipação dos explorados da ditadura ideológica das Igrejas. A ausência do Partido Mundial da Revolução Socialista é um precipício que impossibilita o avanço em grande escala da luta pela libertação das massas da influência nefasta da religião. A vanguarda deve se valer da decadência moral da Igreja – na realidade, de todas as igrejas, enfim, da religião – para mostrar a importância da construção do partido da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

A primeira revolução socialista colocou a via da tomada do poder pelo proletariado e a abertura da transição do capitalismo para o socialismo. Este livro procura expressar os 100 anos da Revolução Russa sob a bandeira da IV Internacional e da tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.



Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

No Jornal Massas anterior, concluímos a exposição dos principais aspectos do programa da revolução agrária e a correspondente tática. Mostramos o quanto foi importante para definir o lugar dos camponeses e do proletariado na revolução democrático-burguesa, e para o desenvolvimento da luta histórica pelo socialismo. Vamos tratar agora da V Conferência de toda a Rússia do POSDR.

A V Conferência foi realizada entre 21 e 27 de dezembro de 1908, em Paris. Somente foi possível graças ao empenho dos bolcheviques. Lênin se apoia na constatação de que a vitória da contrarrevolução abria uma nova etapa política e que o partido tinha de compreender a fundo e ajustar sua linha de intervenção. Em agosto de 1908, o Comitê Central do POSDR decidiu por sua preparação, a despeito da resistência dos mencheviques. Observa-se o pequeno número de delegados, 16 com direito a voz e voto, sendo 5 bolcheviques, 3 mencheviques, 5 socialdemocratas polacos e 3 bundistas. Embora os bolcheviques fossem minoria, sua representação correspondia ao trabalho operário no centro industrial da Rússia e a sua avançada organização em São Petersburgo. Na luta interna à Conferência, Lênin conseguiu convencer à maioria da justeza de sua análise e teses políticas. Os mencheviques, assim, foram derrotados em toda a linha.

Os principais pontos da pauta foram: 1) informes do Comitê Central, da socialdemocracia polaca e do Bund, da organização de Petersburgo, da de Moscou e da região industrial central, da dos Urais e do Cáucaso; 2) a situação política atual e as tarefas do partido; 3) a representação socialdemocrata da Duma; 4) problemas da organização vinculados às mudanças ocorridas nas condições políticas; 5) a unificação das organizações nacionais em cada local; 6) assuntos do estrangeiro. Desses pontos, ressaltaram a análise da mudança na situação política, o vínculo dos deputados socialdemocratas na Duma com o partido e a questão organizativa diante das novas condições políticas.

Lênin, em seu artigo “A Caminho”, 28 de janeiro de 1909, sintetiza o seu resultado: “A análise marxista da atual correlação de classes e da nova política do czarismo; a indicação do objetivo imediato da luta, que continua sendo o que o nosso partido fixou; avaliação dos ensinamentos da revolução quanto à justeza da tática socialdemocrata revolucionária; explicação das causas da crise do partido e indicação do papel dos elementos proletários do partido na luta contra essa crise; solução do problema da correlação entre a organização ilegal e a organização legal; reconhecimento da necessidade de utilizar a tribuna da Duma e a elaboração de diretrizes corretas para nosso grupo na Duma, vinculado com a crítica direta aos erros desta: tal é o conteúdo principal das decisões da Conferência, que oferece uma resposta completa à questão do caminho concreto que o partido da classe operária deve seguir, nesses difíceis tempos em que vivemos”.

A V Conferência se realizou em meio à derrota da revolução de 1905 e a retomada da iniciativa política da monarquia, em aliança com a burguesia liberal. O ano de 1908 esteve mar-

cado pelo retrocesso da luta das massas e pelos impasses do partido socialdemocrata. A brutal repressão e a dispersão nas fileiras do partido exigiam um balanço da situação e a retomada das iniciativas em resposta à ofensiva da contrarrevolução. A deserção de uma importante parcela dos intelectuais refletiu a não assimilação do marxismo e do programa proletário nas condições concretas da luta de classes, que levaram à revolução e à contrarrevolução de 1905. Movidos por tamanho recuo das massas e pela ofensiva da burguesia liberal, reacendeu-se a discussão em torno da legalização do partido e abandono da concepção leninista do trabalho clandestino e legal. O que Lênin considerou como uma tentativa de “renunciar abertamente ao programa, à tática e à organização do partido”. Identificou que a crise organizativa ia muito além, convertendo-se em crise ideológica e política.

A Conferência se tornou uma exigência inadiável. Havia que responder à confusão instalada no partido e rearmá-lo para a nova etapa que se abria. Eis a conclusão de Lênin: “A recente Conferência da POSDR marca o caminho do partido e, pelo visto, representa uma virada no desenvolvimento do movimento operário russo depois da vitória da contrarrevolução. (...) As decisões configuram uma resposta bem definida à questão relativa às causas e significado da crise, assim como os meios para superá-la. Se se trabalha de acordo com as resoluções da Conferência e se procura que todos os quadros compreendam de maneira clara e plena as atuais tarefas do partido, nossas organizações saberão temperar e coesionar suas forças para desprender uma atividade revolucionária socialdemocrata e frutífera”.

Era preciso levar o partido à compreensão de que passava por uma seleção de seus quadros. Os seus componentes intelectuais e pequeno-burgueses, que se frustraram com a derrota da revolução democrático-burguesa, se mostraram vacilantes e incapazes de manter a firmeza diante do período de reação, que se abriu com a derrota da revolução de 1905. Serviram aos propósitos dos mencheviques e de aliados internos de liquidar o partido, dissolvendo-o na legalidade burguesa, que se promovia por meio do funcionamento parlamentar da Duma.

Lênin definirá os embates da seguinte maneira: “A Conferência registrou a existência de duas tendências fundamentais no POSDR: uma coloca assento na organização ilegal do partido, e outra, —mais ou menos parecida com o liquidacionismo — nas organizações legais e semilegais”.

A luta contra essa tendência triunfou na Conferência, porque essa esteve assentada no que Lênin classificou de “elementos mais proletários do partido e intelectuais mais fieis aos princípios”. De maneira que as deserções tinham seu lado positivo, uma vez que indicavam o processo de depuração daqueles mais instáveis e vacilantes, provenientes da pequena burguesia e que não conseguiram se transformar assimilando o marxismo e trabalhando no seio do proletariado pelo triunfo da revolução.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XV, Akal Editor)